

Marclio José da Silva

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A
EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO, PARA O EMPODERAMENTO DOS JOVENS DE PIRITÚBA.**

Dissertação apresentada para fins de obtenção do
Título de Mestre, no Programa de Pós-graduação
em Extensão Rural e Desenvolvimento Local -
POSMEEX do Departamento de Educação da
Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientadora:

Prof^ª PhD Hulda Helena Coraciara Stadtler

RECIFE
2008

**EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A
EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO PARA O EMPODERAMENTO DOS JOVENS DE PIRITÚBA**

Dissertação apresentada para fins de obtenção do
Título de Mestre, no Programa de Pós-graduação
em Extensão Rural e Desenvolvimento Local -
POSMEX do Departamento de Educação da
Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientadora:

Prof^a PhD Hulda Helena Coraciara Stadtler

Data da defesa: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a PhD Hulda Helena Coraciara, Stadtler - Orientadora

Instituição: UFRPE

Assinatura _____

Prof^a Dr^a Laura Suzana Douque Arrazola

Instituição: UFRPE

Assinatura _____

Prof^o Dr Angelo Brás Fernandes Callou

Instituição: UFRPE

Assinatura _____

Prof^a Dr^a Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

Instituição: UFRPE

Assinatura _____

DEDICATÓRIA

A José Antônio

Meu Pai, que desde cedo
Ensinou que as virtudes de um
Homem se constrói na coragem
E perseverança de enfrentar os
Desafios impostos pela própria vida.

À Maria

Minha Mãe, pela generosidade, força e afeto que
sempre demonstrou a mim e meus irmãos. Árvore
frutífera, referência de coragem e delicadesa cujas
as preces iluminaram sempre os meus passos
tornando mais segura a minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Á minha amiga e orientadora Hulda Stadler pela seriedade, rigor e dedicação que teve na orientação deste trabalho. Obrigado pela contribuição, e por ter compartilhado comigo um pouco do seu conhecimento.

Aos amigos do mestrado, pelo apoio e incentivo que foram indispensáveis durante toda caminhada.

Á Gil, prima e companheira que desde o início me incentivou a acreditar nas possibilidades e a pensar nos projetos futuros não como fantasia, mas como sonho que é sempre possível quando levada em consideração a realidade e a dinâmica da vida.

A CAPES por ter me concedido a bolsa de estudos.

As professoras, Hulda Stadler, Irenilda Lima e Graça Ataíde, pelas reflexões e ensinamentos que me permitiram entender os fatos com mais profundidade e crítica.

Ao Centro das Mulheres de Vitória, pela prontidão e apoio nas informações que disponibilizaram para a construção desta pesquisa.

*Prego mais um botão, mas uma casa.
Cresce-me as paredes, dura pedra,
Carne e ossos.
Se não está pronta ainda, é porque nada pronto
é tão belo quanto o inacabado.
No peitoril da janela, mas um vaso, e um quadro.
Quando terminará esta lenta construção?*

Cora Coralina

RESUMO

Este trabalho analisa as ações educativas do Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão-CMV como possíveis vetores do desenvolvimento local. Uma questão específica foi tentar compreender a relação entre os trabalhos educativos de formação política executada através de uma linha de ação do Centro das Mulheres de Vitória, chamada Projeto Educar com os jovens, analisando o nível de empoderamento voltado para a organização coletiva como, reivindicação e participação política e as questões de gênero por se tratar de uma ONG de base Feminista. O local do estudo foi a Comunidade de Pirituba, situada na periferia do Município de Vitória. A análise da pesquisa indicou que existe uma ligação entre os trabalhos educativos do CMV e os processos de empoderamento que ocorrem tanto a nível coletivo envolvendo a dimensão política de organização da comunidade como a nível individual envolvendo a auto-estima das pessoas. Foi identificado que a ONG funciona como entidade de articulação que ajuda a dar visibilidade e apoio às mobilizações políticas favorecendo o desenvolvimento local. Contudo, trabalhar as relações sociais constitui um processo complexo por se tratar de mudanças históricas que não ocorre de forma igualitária num grupo de pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local, Educação, ONGs e Movimentos Sociais.

LISTA DE ABREVIACOES

DL Desenvolvimento Local

DHS Desenvolvimento Humano Sustentável

IDH ndice de Desenvolvimento Humano

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais

DLIS Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

CMV Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão

ONG Organizao Não Governamental

AIE Aparelhos Ideológicos do Estado

SUMÁRIO

CAPITULO 1	09
INTRODUÇÃO	10
Vitória de Santo Antão: Aspectos Históricos e Econômicos	22
Pirituba: o local do estudo	23
O CMV e suas ações	24
OBJETIVOS	28
Caracterização do estudo	28
O Projeto Educar e Caracterização da Amostra	32
CAPÍTULO 2	36
EDUCAÇÃO E CIDADANIA: O DESAFIO DOS NOVOS ENFOQUES EDUCATIVOS E A QUESTÃO DO EMPODERAMENTO POLÍTICO	36
CAPÍTULO 3	50
MOVIMENTOS SOCIAIS, ONG E DESENVOLVIMENTO LOCAL	50
CAPÍTULO 4	64
AÇÕES EDUCATIVAS DO CENTRO DAS MULHERES DE VITÓRIA E O EMPODERAMENTO DOS JOVENS DE PIRITÚBA	64
CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
APÊNDICES	86
Apêndice A – Roteiro de entrevista semi-estruturada com os jovens da comunidade de Pirituba	

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar as ações educativas do Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão-CMV como vetor para o Desenvolvimento Local. Um centro de base feminista que surge num período importante de mudança na relação do Estado com a sociedade. Em 1980, num período de transição política, de ascensão do regime democrático, a participação e os direitos de cidadania assumem lugar de destaque na nova conjuntura social produzindo mudanças em vários setores da sociedade (BUARQUE, 2001).

Nesse contexto, a educação passa a ser considerada como um instrumento necessário para essa nova etapa da vida social pois, sem ela não seria possível uma participação mais efetiva das pessoas na formulação de políticas que afetam diretamente suas vidas. Empoderamento e participação são idéias que argumentam sobre a possibilidade de autonomia das pessoas como forma de criar mecanismos para que as comunidades possam assumir uma postura crítica e reivindicativa junto aos governos e gestores públicos que decidem sobre orçamento e prioridades sociais. Esses conceitos se tornam recorrentes nos meios acadêmicos e políticos pelo seu caráter potencializador de mudanças (BUARQUE, 2001).

Nessa perspectiva, a educação passa a ser compreendida como instrumento capaz de trabalhar com às pessoas a questão do empoderamento. Essa modalidade educativa recebe diferentes denominações como, educação não-formal, educação social, sua finalidade principal é fortalecer criticamente uma malha social composta pelas camadas sociais de pessoas excluídas, sem emprego, sem educação e tão pouco cidadania. Desse modo, se acredita que por meio dessas práticas educativas se consiga atingir o empoderamento coletivo de comunidades com relação à autonomia necessária para geração de mudanças (BUARQUE, 2001).

Um aspecto relevante é entender porque a educação não-formal constitui uma categoria importante nessa pesquisa já que a educação formalizada pelo que se propõe em relação à sociedade deveria incluir também os objetivos que a educação não-formal pretende atingir. A educação formal através dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN indica como um dos objetivos gerais aplicados ao ensino fundamental a expectativa de que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, adotando no dia-a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o próximo e exigindo para si o mesmo respeito. Outro objetivo diz respeito à capacidade do jovem em conhecer e valorizar a diversidade sociocultural do país, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características

individuais e sociais. Conhecer e valorizar o próprio corpo, adotando hábitos saudáveis e agindo com responsabilidade em relação à saúde individual e coletiva também constitui um objetivo (PCN, 1997).

A princípio é possível perceber que os PCN, como parâmetros educacionais para toda sociedade, integram ou até são mais completos em termos de propostas do que os objetivos que permeiam as práticas educativas das ONGs e dos Movimentos Sociais. Entretanto, o século XX foi palco de mudanças políticas que refletiram de forma significativa nos processos educativos formais. Sistemas políticos autoritários estabeleceram ao longo desse mesmo século a repressão instituindo mudanças nos objetivos educacionais para a sociedade. Essas mudanças podem ser percebidas até como o oposto do que observamos hoje em nível de objetivos educacionais para uma sociedade democrática, onde as pessoas têm liberdade de expressar seu ponto de vista sobre os processos políticos tendo acesso a conteúdos que permitam uma leitura crítica e participativa da realidade.

Entretanto, esse modelo anterior deixou marcas históricas que permaneceram no tempo, e como contra ponto a esse processo, é que novas modalidades educativas aparecem com intuito de contribuir ou até acelerar um processo de formação educacional focada na emancipação política e no empoderamento, principalmente de camadas sociais desfavorecidas. Outro aspecto importante é ressaltar que mesmo os PCN traçando objetivos que estejam ligados à formação cidadã comprometida com a igualdade, o respeito à diferença e à participação, é observado na atualidade um movimento crescente das instituições de ensino preocupadas em formar os alunos para o mercado de trabalho. Esse elemento presente nas escolas pode desfocar os interesses da formação educativa ligada ao empoderamento, à cidadania e à participação que na perspectiva da educação não-formal se constitui como pauta fundamental no trabalho junto à sociedade.

O empoderamento é entendido como um processo no qual as pessoas em nível individual ou coletivo tornam-se capazes de definir caminhos, realizar escolhas, adquirir autonomia sobre a vida, sobre projetos de futuro, tanto para o indivíduo como para o grupo do qual faz parte (ROSSI, 2006). Nesse contexto, construir uma reflexão sobre educação não-formal como instrumento de empoderamento político potencializador do desenvolvimento local, compõe o principal interesse deste estudo. Um método educativo, que está focado na formação da cidadania, com o interesse em subsidiar pessoas e comunidade em adquirir mais clareza sobre o seu papel na sociedade, nas decisões da esfera política, na questão dos direitos individuais, da discriminação por raça, gênero e na sensibilização em torno dos problemas ambientais.

Do ponto de vista político, o empoderamento passa a ser um aprofundamento da democracia através da participação efetiva das pessoas das decisões de esfera pública. (ROSSI, 2006,). Empoderar, nesse sentido, significa a conquista de direitos individuais e coletivos exercidos também por grupos que representam uma minoria de direitos como a questão racial e a questão de gênero, que configuram organizações sociais onde o empoderamento representa, acima de tudo, que os governos levem em consideração particularidades históricas na gestão do orçamento ou na formulação de políticas que visem reduzir essas desigualdades. Desse modo, a educação constitui um instrumento para construir uma sociedade mais crítica sobre os direitos de participação e de igualdade de classe e também de gênero e raça.

Assim o aspecto educativo adquiriu importância na discussão sobre a perspectiva teórica de pensar o desenvolvimento e as concepções apontadas na Extensão Rural e no Desenvolvimento Local que podem ter nas ONGs agentes facilitadores na construção de uma aprendizagem política e social. Contudo, é preciso cautela, pois é impreciso afirmar ou oferecer garantias de que as ONGs, pelo seu status social e por estarem próximas das comunidades percebendo de perto seus problemas no cotidiano sejam capazes de potencializar um processo de emancipação que contradiz a história, no que diz respeito as concepções sobre desenvolvimento que se instalaram nas sociedades ocidentais, mas que não conseguiram produzir respostas às diferentes demandas da sociedade, refletindo, assim, em contradições profundas, entre a demanda social e a demanda econômica, e agora, mais urgentemente, a demanda ambiental.

Desenvolvimento é sempre um conceito polissêmico e pode estar relacionado a uma série de sentidos como, economia, pessoas e política. Contudo, o conceito de desenvolvimento que predomina quando pensamos na relação entre desenvolvimento e seus possíveis sentidos, é aquele voltado para o avanço das forças econômicas, na produção em larga escala, na venda de produtos e na acumulação individual de renda. Desse modo, desenvolvimento passa a ser sinônimo de industrialização, de concentração de riquezas, de progresso científico e tecnológico, do exercício da sociedade de consumo e o predomínio de valores ocidentais, mais particularmente europeus e agora americanos, por serem esses países centros de referência cultural e econômica para o resto do mundo inclusive para o Brasil e América Latina (LIMA, 2003).

Nessa perspectiva, a região ou país que não se enquadre nessa concepção é considerada atrasada, subdesenvolvida e por isso precisa ser civilizada e modificada. Desse

modo, a questão do desenvolvimento é uma questão de percepção da realidade, de conceitos sobre modelos de produção ou modos de vida a serem seguidos, (LIMA, 2003).

Essa concepção de desenvolvimento possui como fundamentos principais a modernização social, o aumento dos parques industriais voltados para os centros urbanos de grandes capitais e nações que obtiveram grande impulso econômico durante o século XX com a expansão do consumo. Entre as principais nações estão os países europeus e os Estados Unidos como citados anteriormente no texto. Essas nações impulsionaram ao longo do século uma visão de desenvolvimento concentrada essencialmente na economia e no consumo deixando de lado aspectos importantes da vida social como, a distribuição de renda, a democratização do acesso a bens e serviços o meio ambiente, que sofreu fortemente os efeitos do processo de industrialização irrestrita e de exploração dos recursos naturais que ocorreu no último século. No século XXI é possível analisar o resultado desse desenvolvimento. A constatação de um mundo dividido onde poucos concentram muitas riquezas, enquanto a grande maioria das pessoas não tem nada, (LIMA, 2003).

Essa concepção sobre desenvolvimento está integrada ao *capitalismo*, como um sistema social que em diferentes etapas históricas dita as regras de funcionamento da maioria das sociedades ocidentais e que na atualidade é denominada de globalização por aqueles que a percebem com uma forte conotação econômica. A globalização é o movimento pelo qual a economia de diferentes nações unifica-se junto á economia mundial, ou seja, se constitui de um complexo processo cuja base econômica promove a ligação entre diferentes territórios (MAGNOLI, 2004). A globalização também é entendida como dinâmica que auxiliada pelos avanços das tecnologias da comunicação pode facilitar o acesso de pessoas a outras culturas, facilitar a organização de grupos de diferentes localidades, bem como, gerar possibilidade de trabalho e emprego em diferentes territórios.

Assim a globalização significa a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são configurados por eventos que ocorrem a milhas de distância e vice-versa. (VIEIRA, 1997). Entretanto, é preciso cautela para analisar se essas possibilidades até então colocadas pela globalização se coadunam na prática com resultados de inclusão das pessoas ao mercado de trabalho, permitindo acesso à informação, geração e distribuição de renda independente da localidade onde vivem e das suas especificidades. Algumas críticas atingem esses aspectos ilusórios da globalização, sobre tudo, quando se observa os impactos da globalização em localidades ocupadas pelas camadas sociais de baixa renda.

Alguns autores fazem uma distinção entre Localismo Globalizado e Globalismo Localizado. O primeiro se refere à globalização bem sucedida de um fato local, por exemplo, a atividade mundial de empresas transnacionais, a transformação da língua inglesa, a globalização da música popular ou do fast food americano. Já o Globalismo Localizado diz respeito ao impacto específico de práticas transnacionais sobre condições locais que se desestruturam e reestruturam para atender os imperativos transnacionais. São exemplos desse processo, os entraves do livre comércio, o desmatamento e a destruição de recursos naturais, a conversão da agricultura sustentável para agricultura de exportação (SANTOS, 2005).

Nessa perspectiva, a globalização tem se mostrado bastante controversa como um movimento que altera a sociedade em vários setores, demonstrando que por trás do aparente acesso a bens, culturas e pessoas situadas em diferentes partes do globo, se esconde o imperialismo das empresas transnacionais e a hegemonia de nações poderosas sobre outras menos desenvolvidas. São diversos os setores da vida social afetados pela globalização. Na economia, os agentes dinâmicos da globalização não são os governos que formam mercados em busca de integração econômica, mas os conglomerados de empresas transnacionais que dominam a maior parte da produção, do comércio, da tecnologia e das finanças internacionais (VIEIRA, 1997).

Sobre o meio ambiente, verifica-se no mundo de hoje, uma globalização crescente de problemas ambientais. O domínio do homem sobre a natureza aumentou consideravelmente com a industrialização. A produção industrial e agrícola, o desenvolvimento das biotecnologias, a urbanização acelerada produziram impactos negativos sobre o meio ambiente.

Do ponto de vista cultural se considera a americanização do mundo como a tese mais conhecida sobre a globalização. A calça jeans, McDonalds, o rock, coca-cola, e tanto outros produtos levaram a ilusão de julgar a globalização pelas aparências. Os países desenvolvidos principalmente os Estados Unidos, são considerados como difusores de cultura e o resto do mundo como periferia. Os primeiros transmitem valores culturais que vai se chocar com os costumes locais, nacionais considerados como verdadeiros (ORTIZ, 1994).

Sobre a qualidade de vida, hoje se observa por vários indicadores, que a exploração irrestrita de recursos naturais, fruto da relação de poder do homem sobre a natureza, tem produzido impactos ambientais em grandes proporções, demonstrando que na atualidade não só a qualidade de vida, mais a própria vida no planeta estão ameaçadas. Todos esses problemas requerem uma ação sobre a consciência humana no sentido de educar as pessoas para uma leitura crítica das questões ambientais e sociais.

Nessa perspectiva, fica destacado que a globalização compõe um sistema complexo que tem modificado a dinâmica de várias sociedades, e que apesar de ter seus efeitos agudizados no final do século xx, a globalização corresponde apenas a uma etapa sobre a perspectiva de desenvolvimento construído no ocidente e fortemente integrado aos interesses capitalistas.

Assim a noção de desenvolvimento que esteve ligada a várias sociedades no ocidente revela que repensar é preciso. Não apenas a idéia sobre desenvolvimento, mas sobre tudo, quais alternativas podem ser discutidas para que o desenvolvimento contemple não só a economia, mas também, as pessoas e o ambiente natural. E que esse desenvolvimento não esteja focalizado apenas nos grandes centros urbanos e nas metrópoles, mas que seja capaz de integrar as regiões rurais, que mesmo apresentando características e serviços globalizados, as áreas rurais carregam marcas históricas da ausência do Estado e de políticas públicas voltadas para atender as especificidades dessas regiões.

Desse modo, é observado que, alguns setores ou grupos sociais interessam pensar sobre desenvolvimento na perspectiva da industrialização irrestrita, do consumo de bens e serviços rápidos localizados nos grandes centros urbanos. No Brasil, um país que funcionou durante séculos como colônia de exploração, não é difícil constatar as marcas centenárias da exploração de recursos naturais, e de grandes latifúndios que produziram acumulação de riquezas entre pequenos grupos e um empobrecimento maciço da população rural. Esse contexto está relacionado ao município de Vitória de Santo Antão que compõe o lugar mais amplo onde foi realizado o estudo. Esse fato pode ser facilmente observado na medida em que a própria origem da localidade está imbricada com as histórias dos latifúndios e da monocultura da cana de açúcar.

Assim é importante levantar uma discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento para o campo, também denominada como trabalho extensionista ou Extensão Rural como é mais conhecido. No sentido histórico, a idéia de extensão tem sido movida por iniciativa do sistema produtivo nas áreas rurais, por meio da adoção de técnicas modernas de produção objetivando garantir uma melhoria nas condições de vida das pessoas que vivem no campo.

Desse modo, o aumento da produção agrícola, bem como, a permanência do homem no campo evitando o êxodo rural constitui pontos essenciais a extensão (PIRES, 2003).

A Extensão Rural é considerada como uma soma de atividades e iniciativas desenvolvidas pelo setor Público ou Privado, Universidades, Organizações Não Governamentais-ONGs todos voltados para transformação do sistema econômico e social do

mundo rural, promovendo geração de renda e o desenvolvimento das pessoas, da saúde, da cidadania e da educação (PIRES, 2003).

A idéia de extensão rural não é nova, no Brasil, ela remonta ao final dos anos 1940, tendo como marco institucional a criação da Associação de Crédito e Assistência Técnica rural em Minas Gerais-(ACAR), em 1948. Daí por diante muitas políticas foram implementadas focando o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das populações rurais (PIRES, 2003).

O eixo das preocupações do modelo de extensão implantado no Brasil estava ligado à possibilidade de modernizar o camponês, via a adoção do manejo de técnicas estrangeiras, particularmente americanas, incorporadas ao Modelo Difusionista. A extensão estava centrada na idéia de que a comunidade rural teria acesso à tecnologia produzida nos centros de pesquisa através de um trabalho de extensão. Nos anos 1970 a Extensão Rural Brasileira cumpriu o seu papel, haja vista os altos índices de produtividade e exportação do setor agrícola. Entretanto, duras críticas foram feitas a esse modelo considerado por muitos como Modernização Conservadora. A extensão rural programada até então modernizou e cresceu porem, deixou intacta ou até fortalecida as estruturas sociais de concentração de renda e desigualdade entre pequenos grupos de latifundiários e a grande maioria da população (PIRES, 2003).

Desse modo, fica observado que a extensão entendida como políticas de desenvolvimento rural mantiveram um caráter conservador por privilegiar as estruturas econômicas dos grandes latifúndios e deixar à margem a população de agricultores e camponeses. Durante os anos 1990, houve uma crescente desarticulação das políticas de extensão. Esse processo é discutido como associado às mudanças na política e na economia mundial, com a ascensão do Neo-liberalismo como modelo econômico vigente na maioria dos países ocidentais. Esse modelo implica em uma série de mudanças sociais como, o redirecionamento do Estado nas suas atribuições de garantir o Bem Estar Social e o fornecimento de serviços básicos a população como, educação, habitação e saúde dando lugar para a iniciativa privada e as ONGs o dever de cumprir essas tarefas. Ao lado desse processo, houve a extinção dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, promovendo um colapso nas políticas de extensão a nível nacional (PIRES, 2003).

Assim fica destacado que as diferentes concepções sobre desenvolvimento, seja este enquanto sinônimo de industrialização e progresso localizado no ambiente urbano, ou as propostas aplicadas para o espaço rural, ambas, se mantiveram incapazes de responder as

complexas questões do mundo contemporâneo. Entretanto, uma nova perspectiva teórica tem adquirido relevância nas últimas décadas *O Desenvolvimento Local*.

O desenvolvimento local constitui uma estratégia de desenvolvimento integrado onde, poder público, iniciativa privada, ONGs e sociedade civil participam e decidem com base nas potencialidades endógenas, alternativas de desenvolvimento para localidade (FRANCO, 2002).

O desenvolvimento local, pensa na localidade de forma articulada onde o aspecto econômico é tão importante quanto o humano. Nesse raciocínio pensar sobre uma proposta para geração de renda na comunidade deve acontecer ao mesmo tempo em que se pensa na inclusão social da própria comunidade através do acesso a educação, habitação, saúde e cidadania.

Na perspectiva do desenvolvimento local a educação constitui um vetor capaz de potencializar o desenvolvimento de uma determinada localidade?. É preciso lembrar que a educação no sentido genérico remete inicialmente as escolas formais de ensino, organizada por diretrizes e métodos que cuidam da formação do indivíduo preparando este para o mercado de trabalho. O que está sendo abordado neste trabalho, diz respeito a uma outra modalidade educativa focada em trabalhos que atendam as camadas populares. A cidadania e a percepção crítica da realidade, da história e dos sistemas políticos. E os conhecimentos sobre direitos individuais e sociais são objetivos inerentes a essa abordagem educativa.

A execução dos trabalhos nessa perspectiva não está circunscrita às instituições formais, e sim a organizações que constituem o chamado terceiro setor da sociedade, que entre o Estado e o Mercado como os dois primeiros estão as ONGs, como organizações importantes, que ao incorporarem a visão do desenvolvimento local nas suas iniciativas, tem como objetivo auxiliar na transformação dos aspectos negativos do contexto social, sendo esses a exclusão, a desigualdade, a falta de acesso á informação entre outros fatores que acometem as camadas sociais de baixa renda. Entre os campos de ação das ONGs estão, gênero, raça, etnia e classe como categorias que apontam grupos de pessoas, as quais as organizações pretendem atingir com suas ações (WARREN, 1993).

Em relação às práticas educativas como processos de extensão rural e desenvolvimento local, um aspecto relevante é a dimensão humana implícita na visão da educação como ferramenta capaz de potencializar o desenvolvimento local. Assim, as possibilidades de pensar no desenvolvimento local são variadas, isso inclui tanto pensar que organizar uma comunidade pra trabalhar com base no potencial interno meios de geração de renda, como também, em pensar estratégias que não estão diretamente vinculadas ao fator

econômico, mas sim humano, como a preocupação com as relações internas na comunidade, a subjetividade das pessoas, o nível de auto-estima do grupo. Esses elementos são princípios do desenvolvimento humano, que constitui um conceito preocupado em desenhar os entraves ligados ao desenvolvimento da pessoa humana, como a discriminação por raça, gênero, orientação sexual e baixo nível de escolarização que trazem como conseqüência um baixo nível de consciência sobre direitos e um prejuízo no exercício da cidadania dessas pessoas (PNUD, 2002).

Na atualidade, as Políticas Públicas focadas em promover ações para o desenvolvimento na área rural também insere a educação como instrumento para atingir seus objetivos. Segundo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, elaborada em 2004, adota como um dos seus princípios, a necessidade de desenvolver no espaço rural processos educativos visando a formação de competências, mudanças de atitudes, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida, e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (ATER, 2004).

Desse modo, é relevante notar que as políticas de extensão rural voltadas para o desenvolvimento local, também focalizam na educação um vetor que somado a outros elementos, podem promover iniciativas mais consistentes de desenvolvimento para o espaço rural.

Estabelecer a relação entre o papel das ONGs, os processos de articulação e o empoderamento político também reflete uma indagação deste estudo. Este aspecto da pesquisa se articula a presença cada vez mais evidente das ONGs no contexto social rural, sobretudo, em áreas onde existam uma maior concentração de pobreza e ausência do Estado. A expressão organização não governamental, popularmente denominada “ONG”, tornou-se um termo da *moda*, principalmente em face da conotação que tais organizações receberam após a ECO-92, quando passam a simbolizar um espaço de participação da sociedade civil abordando as mudanças sociais e ambientais que ali começavam. Todavia, a palavra ONG, tem sido utilizada como um conceito bastante fluido, que permite incluir associações de natureza e fins diversos, desde que, identificados como sendo não-governamentais e sem objetivos lucrativos (WARREN, 2001).

As ONGs, enquanto instituições que se dedicam a minimizar problemas graves da realidade social, estão a princípio em defesa dos grupos minoritários que são vítimas de discriminação por gênero, raça, entre outros, e que estão localizados nos bolsões de pobreza dos centros urbanos, nas periferias e nos assentamentos rurais. Desse modo tais grupos foram

incorporando características históricas dos Movimentos Sociais, como seus papéis de resistência e crítica aos sistemas oficiais, sejam esses, políticos, econômicos ou ideológicos.

Assim, as ONGs, situadas no território Latino-Americano, foram assumindo ao longo do tempo diferentes orientações e concepções de trabalho que foram agrupadas em quatro tendências, essas indicam a predominância de períodos históricos distintos e são denominadas de, neo-marxista, neo-anarquista, teologia da libertação e articulista (WARREN, 2001).

Uma análise pormenorizada dessas tendências será feita num momento posterior. No entanto, o que cabe ressaltar é que as ONGs articulistas se identificam com as práticas de muitas organizações na atualidade, atuam no processo de articulação com outros setores da sociedade, como o Mercado e o Estado nas suas ações. Como também, as articulações das ONGs, dos Movimentos Sociais com outros atores da sociedade civil. Essas articulações de modo geral visam fortalecer os objetivos potencializando a pressão junto ao poder público e adquirindo uma maior visibilidade, seja, junto às instituições políticas, a mídia e a sociedade civil como um todo (WARREN, 2001).

Nessa perspectiva, uma questão importante que se coloca para análise é entender as características articulistas das ONGs, e nesse caso em particular o CMV, analisando a influência que exerce no processo de empoderamento político dos jovens que trabalham como multiplicadores do CMV nos trabalhos de educação não-formal. Esse aspecto das ONGs atuais são pontos importantes para compreender as ações das organizações não governamentais na vida cotidiana, focando o processo de comunicação que utilizam no dia-a-dia. A comunicação é aqui abordada como prática coletiva de participação, como estratégia para atingir objetivos de interesse de toda comunidade, a comunicação nesse sentido significa diálogo e não transferência de conhecimento (FREIRE, 1977).

Em função dessas observações, tomou-se o Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão como estudo de caso. As ações educativas que desenvolvem na comunidade de Pirituba serão analisadas a partir das falas de um grupo de jovens que fazem parte de um projeto educativo que compõe uma linha de ação do CMV chamado Projeto Educar, com o interesse em estabelecer uma relação entre as práticas de Educação não-Formal e o empoderamento político trabalhado pela ONG como vetor para o desenvolvimento local.

Assim, essa pesquisa objetiva trazer contribuições para os estudos que buscam compreender os processos de Desenvolvimento Local em uma comunidade rural, contemplando a educação como uma das diversas dimensões que o termo suscita. Esse estudo, também pretende auxiliar na formulação de estratégias orientadas a partir da iniciativa pública, nas instâncias municipal ou federal, que em parceria com as ONGs, pretendem

discutir iniciativas de desenvolvimento em contextos populares, a partir de um processo educativo voltado para alimentar a cidadania e a consciência crítica das pessoas.

Vitória de Santo Antônio: aspectos históricos e econômicos do município e da comunidade de Pirituba.

Data de 1626 o início do povoamento de Vitória de Santo Antônio. Em 1645 já existia no local uma capela e um pequeno povoado. Com a invasão holandesa, a localidade foi ocupada, tendo-se travado a Batalha das Tabocas entre luso-brasileiros e o povo flamengo no dia 03 de agosto de 1645.

Município de Vitória de Santo Antônio foi criado por Alvará datado de 14 de março de 1783, sendo, em seguida, elevada à categoria de cidade com o nome de Vitória. Pelo Decreto-lei estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a denominar-se Vitória de Santo Antônio. Administrativamente é formada pelos distritos sede e Pirituba e pelos povoados de Cidade de Deus, Engenho Cachoeirinha e Engenho Pitú.

Anualmente, no dia 06 de maio Vitória de Santo Antônio comemora sua emancipação política (TURISMO, 2008).

Distante 51 km do Recife, Vitória de Santo Antônio está localizada na Zona da Mata Sul do Estado. Vitória é uma das maiores produtoras de aguardente, exportando a cachaça para diversos continentes; a Pitú, uma das maiores empresas produtoras de cachaça do Brasil, tem sua sede em Vitória.

O município tem como principal atividade econômica a agroindústria, com maior potencialidade de desenvolvimento para agricultura, sobretudo para o cultivo da cana-de-açúcar na agropecuária o destaque do município é a criação de gado Nelore. A atividade Agropecuária obteve expansão, nos últimos 30 anos, esteve presente nas maiores exposições da raça realizadas no Brasil. Além do município de Vitória de Santo Antônio, a Região de Desenvolvimento da Mata Sul, na Mata pernambucana, abrange mais 23 municípios, são eles: Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Chã Grande, Cortês, Catende, Escada, Gameleira, Joaquim Nabuco, Jaqueira, Maraiá, Pombos, Primavera, Palmares, Quipapá,

Ribeirão, Rio Formoso, Sirinhaém, São José da Coroa Grande, São Benedito do Sul, Tamandaré e Xexéu (TURISMO, 2008).

Diante das características históricas e econômicas já citadas é observado que a população de vitória de Vitória de Santo Antão é constituída na sua maioria de pessoas que trabalham na agroindústria e na monocultura da cana-de-açúcar, são camponeses, homens e mulheres de camadas populares que enfrentam no dia-a-dia dificuldades diversas, entre as principais estão a ausência do poder público do município no fornecimento de serviços essenciais a população. Um dado importante é a carência de visão crítica que as pessoas apresentam sobre a realidade social e política configurada pelo cenário frágil dos serviços de educação do município.

A Comunidade de Pirituba: O Local do Estudo

Pirituba é uma comunidade situada na periferia do Município de Vitória de Santo Antão. Segundo falas de moradores é considerada uma das comunidades com maior contingente de pessoas. As casas lembram uma arquitetura típica de favela, são construídas com tijolo, estreitas e cobertas de laje. Tem na cobertura outra residência sem reboco e que de um modo geral comporta o mesmo número de pessoas. Um pequeno número de casas é de madeira, são as residências que segundo relatos possuem o mesmo número de pessoas que vivem em condições precarizadas (SOUZA, 2005).

As pessoas que vivem na comunidade possuem como meio de sobrevivência trabalhos temporários como, ajudantes de pedreiro, ajudantes de carregamento no comércio e mecânicos de automóveis no caso dos homens, e de manicure, empregadas domésticas, babás e em alguns casos como vendedoras de cosméticos no caso das mulheres. Na comunidade existe uma quantidade grande de crianças que segundo estimativa da creche instalada no local a grande maioria possui entre 02 a 11anos. Na creche cerca de 40 crianças entre 02 a 05anos são atendidas, mas o número é bem superior de meninos e meninas distribuídos por toda comunidade (SOUZA, 2005).

Os problemas de abastecimento d água e coleta de lixo são freqüentes em Pirituba. Os jovens adolescentes estudam na Escola Municipal que fica próximo da comunidade. Mas a escola também enfrenta muitas dificuldades como falta de professores e infra-estrutura. Na comunidade existe uma associação de moradores que mobiliza algumas ações tentando resolver alguns problemas da localidade, como serviços fornecidos pela prefeitura do

município que muitas vezes não funcionam e precisam que as pessoas se organizem para tentar resolver o problema (SOUZA, 2005).

A história do Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão e suas ações

Com relação ao Centro das Mulheres de Vitória as atividades se iniciaram em 1988, com a criação do instituto **Margarida Alves** que funcionava dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o objetivo de tratar das questões ligadas saúde da mulher e a violência de gênero. A principal motivação, era atender as mulheres que sofriam de problemas ginecológicos, tinham dupla jornada de trabalho, bem como, eram vítimas de violência física, moral e psicológica tendo os próprios parceiros como agressores (SOCORRO, 2006).

O Centro das Mulheres de Vitória teve como primeiras fundadoras mulheres que trabalhavam como secretárias no sindicato. No dia-dia escutavam depoimentos de mulheres que tinham problemas ginecológicos, uma quantidade enorme de filhos sem nenhum acompanhamento médico. As agressões que sofriam iam desde manter as esposas em cárcere privado, até o espancamento físico além de agressões psicológicas e morais.

A partir dessas observações assistemáticas, foi percebida a necessidade do sindicato fazer alguma coisa. Então, foi criado, o **Instituto Margarida Alves**, que promovia encontros mensais com as mulheres. Esses encontros aconteciam no último domingo de cada mês onde as mulheres, conversavam sobre diversos assuntos, trocavam experiência, faziam um almoço coletivo e paulatinamente se organizavam em combate a Violência Doméstica. Nos encontros compareciam cerca de duzentas mulheres dos 47 engenhos da Zona da Mata. Também eram promovidas palestras, alguns médicos do Hospital da Cidade eram convidados para conversar com as mulheres sobre saúde, doenças sexualmente transmissíveis e outros temas como, medicina homeopática recomendando ervas pra xá e doenças como, capim santo e anador. As mulheres plantavam em casa criando Farmácias caseiras através da transmissão do saber popular sobre ervas medicinais (SOCORRO, 2006).

O instituto funcionou durante três anos dentro do sindicato, até que foi percebida a necessidade de procurar uma sede para uma nova instalação fora. Nesse momento, buscou-se apoio de outras organizações na Zona da Mata que trabalhavam com a questão da mulher, e no dia 07/03/1988, foi realizada a fundação através de uma assembléia com três mil e quinhentas pessoas. Compareceram, o Centro das Mulheres do Cabo, a Associação das Mulheres de Carpina, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco FETAPE

e Madalena Arraes, representando uma figura feminina pública ligada a gestão do Governo do Estado na época e envolvida com as questões de gênero. Durante o evento foi realizada a leitura da proposta do estatuto esclarecendo os objetivos e a missão da organização na sociedade da carta do município (SOCORRO, 2006).

Com relação às ações desenvolvidas pelo Centro das Mulheres de Vitória, nos primeiros seis meses de fundação já tinha mil sócias inscritas, recebem financiamento da Legião Brasileira de Assistência-LBA e alugaram outro espaço, uma casa ao lado do sindicato. Nesse período também houve assessoria do SOS Corpo, uma organização feminista que deu apoio nas áreas de gestão, cursos sobre feminismo, políticas públicas, saúde, cidadania, direitos reprodutivos e outros temas. O primeiro projeto que acontece pelo Centro recebeu financiamento do SESI-Salvador, onde foi montado um programa de rádio que atingia não só Vitória, como vários municípios vizinhos.

O programa era transmitido em Vitória e Limoeiro, ia ao ar todos os dias as 07:00hs da manhã informando sobre saúde, gênero, direitos trabalhistas etc. Funcionou durante 12 anos. Durante o período de funcionamento, médicos que trabalhavam no hospital da cidade eram convidados para falar sobre, saúde, prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis-DSTs/AIDS entre outros temas. Pela rádio também eram feitas denúncias sobre casos de violência contra a mulher. Outro projeto que acontecia nesse período chamado de **Pão Para o Mundo**, também financiado pelo SESI Salvador, com a verba foi promovido cursos que durante 03 anos capacitaram novecentas e doze mulheres em culinária, artesanato, pintura em tela, Cabeleireiro, corte e costura. Os cursos tinham duração variada, o corte e costura tinha duração de 12 meses, o de cabeleireiro durava 06 meses eram os mais longos, o resto tinha duração pequena. As mulheres que trabalhavam com artesanato e pintura faziam bonecas, abajurs e vendiam na feira livre de Vitória e Bonança. Organizavam-se aos finais de semana em grupos, ia para a feira aos Domingos comercializar o que produziram. Na feira livre eram comercializados produtos diversificados que iam desde hortaliças, frutas, até cosméticos e objetos decorativos (SOCORRO, 2006)

Em 1993, o CMV tinha seis mil sócias e dispunha de pouco financiamento e recursos humanos. Não havia verba para promover os cursos e as pessoas foram ficando desestimuladas. Nesse período, a OKSFA-uma Entidade de cooperação alemã entrou para fazer uma avaliação institucional do CMV, enviaram um sociólogo para fazer essa avaliação.

A avaliação durou um ano e seis meses, e nesse período surgiu à necessidade de pensar em uma fonte de geração de renda para o Centro das Mulheres de Vitória, promovendo

a autonomia financeira da instituição que dependia diretamente de financiamento externo. Buscou-se apoio do Governo do Estado onde foi firmado um convênio através da Secretaria de Ação Social para montar uma **Padaria**. O pão produzido era comercializado na própria comunidade, as mulheres que trabalhavam recebiam seus salários e uma parcela do lucro era destinado para o centro. A instituição continuou trabalhando com capacitações e seminários voltados pra questão de gênero, direitos sociais, políticos, e saúde etc.

Depois da avaliação em 1995, uma entidade ligada a Igreja Católica e ao Governo Holandês CORDEIDE, através de um convênio forneceu apoio financeiro ajudando a informatizar o CMV e financiando cursos de capacitação como, o projeto de promotoras legais, destacando a questão da violência contra a mulher, o curso de formação de mulheres da Zona da Mata, curso sobre políticas públicas para a juventude voltada para o empoderamento e a participação cidadã. Esses cursos aconteciam com jovens e adultos, incluindo homens e mulheres da comunidade, tinham duração de um mês. Esse apoio durou três anos, (SOCORRO, 2006).

Em 1998, o Centro das Mulheres de Vitória foi convidado a participar do PRODEC, um projeto de habitação popular financiado pela Caixa Econômica Federal que iria beneficiar Vitória. O Centro ajudou na organização da comunidade beneficiada pelo projeto, ajudando a organizar o conselho de moradores, foi feito cursos e capacitações com a comunidade sobre gênero, cidadania e saúde. Profissionais trabalharam na capacitação na área de gestão. O centro trabalhou com eles a organização para discutir os problemas da comunidade, como fazer uma pauta, abaixo assinado, a quem reivindicar e como. O centro trabalhou na organização das mulheres da comunidade montando uma fábrica de confecção de estampa que até hoje funciona lá.

Entre 97/98 o Programa de Desenvolvimento para Zona da Mata PROMATA fez parceria com o centro financiando cursos e capacitações durante seis meses. O centro das mulheres trabalhou com trezentos e cinquenta pessoas entre homens e mulheres em Vitória, seiscentos e sessenta em Ipojuca, duzentos e dez em Glória do Goitá. Trabalhou também com educação para jovens e adultos EJA, com capacitações abordando gênero, sexualidade, direito e cidadania. Em 99/2000 com o apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador FATE, foi disponibilizada uma verba Federal para cursos e capacitações que atenderam a duas mil pessoas, jovens, homens e mulheres de Vitória, e municípios vizinhos com cursos sobre comercialização, produção, gestão, cabeleireiro e pintura. Esse trabalho durou quatro meses em função do tempo de financiamento (SOCORRO, 2006)

Em 2000 o Centro das Mulheres de Vitória participou da formação **do Conselho Municipal de Saúde**, que propôs melhorias em relação aos serviços públicos. O CMV fez parte do conselho a mais de dez anos. Mobilizou a formação do **Conselho de Estudo sobre a Mortalidade Materna**. Esse caso se deu pelo número altíssimo de mulheres da região que morria por falta de um acompanhamento médico no pré-natal. O trabalho realizado junto ao Conselho Municipal de Saúde tem como propósito reivindicar melhorias para a comunidade. O CMV realizou o acompanhamento periódico dos serviços oferecidos pelo Hospital.

Através do Ministério Público o Centro das Mulheres de Vitória mobilizou a criação **do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente**. Isso aconteceu em função da denúncia feita de um número grande de crianças que trabalhavam na debulha do feijão. Essas crianças trabalhavam durante a madrugada e moravam na periferia da Cidade. O CMV realizou a denúncia, tirando fotos, trouxeram a imprensa para registrar o ocorrido. O governo passou a dá cesta básica a quarenta famílias que tinham crianças trabalhando na debulha, e todas elas voltaram para Escola.

Em 2003, uma organização internacional ligada a Igreja Austríaca, firmou uma parceria para o financiamento das ações do Centro das Mulheres de Vitória junto à comunidade. Os principais projetos que estão em funcionamento são o Projeto de Trabalho para a Zona da Mata “**Projeto Educar**” atuando junto às comunidades da periferia qualificando jovens, homens e mulheres que moram no campo e na cidade, com cursos de formação Política, e com intuito de tornarem esses jovens multiplicadores das informações que receberam junto à localidade onde vivem, organizando mobilizações coletivas para discutir problemas comunitários, realizando palestras com material educativo, bem como, iniciativas para geração de renda com apoio do Centro de Tecnologia Alternativa-CERTA. Esses jovens recebem acompanhamento do centro através de treinamentos e o fornecimento de materiais de apoio (SOCORRO, 2006).

Outra linha de ação é o “**Gênero, Cidadania e Políticas Públicas**” composta de uma parceria com a rede estadual de ensino para realização de seminários e cursos semestrais sobre gênero, prevenção a DSTs e formação política nas escolas de Vitória. Os cursos são semestrais e deles participam alunos e professores. As escolas são atendidas pelo centro todo semestre permitindo o acompanhamento e o diálogo com as escolas atendidas. A motivação para a parceria, foi a necessidade de combater a evasão escolar de adolescentes do sexo feminino com gravidez indesejada, bem como, o número de abortos identificados pelos funcionários que trabalham na limpeza da escola e técnicos.

Objetivos

A pesquisa realizada tem como objetivo principal investigar as ações educativas do Centro de Mulheres de Vitória – CMV, localizado no município de Vitória de Santo Antão/PE, como contribuição ao desenvolvimento local. O que se pretende basicamente é analisar a capacidade dos trabalhos educativos focados na cidadania e na formação política conduzidos pelo Centro das Mulheres de Vitória, tem para fortalecer o nível de empoderamento das pessoas potencializando estratégias de desenvolvimento local.

Para atingir esse objetivo foram construídos alguns objetivos específicos:

- Fazer uma reflexão teórica sobre o papel dos Movimentos Sociais na atualidade como articuladores do desenvolvimento local.
- Pesquisar a relação entre os trabalhos voltados para o empoderamento político de jovens e através da atuação das ONGs na atualidade.
- Verificar a contribuição dos trabalhos da ONGs no fortalecimento do empoderamento político focado nas desigualdades de gênero.
- Analisar o desenvolvimento local na perspectiva do desenvolvimento humano com base nos dados do PNUD.

Caracterização do estudo

A abordagem para trabalhar os dados da pesquisa, foi definida pela análise dos aspectos qualitativos da educação praticada pelo Centro das Mulheres de Vitória que a partir de então será identificada no texto pela sigla CMV.

Os processos de ensino e aprendizagem sempre se caracterizaram pelo destaque e pela demonstração qualitativa, apesar de manifestarem resultados através de medições, de quantificações como exemplo, (o percentual de analfabetos, de alunos repetentes, do crescimento anual das matrículas, de professores titulados e não titulados). A quantificação dos processos educativos, sempre apareceu como uma realidade natural para as escolas e para a sociedade (TRIVINOS, 1990).

Assim, essa postura quantificadora observada nos processos educativos, ocorreu durante muito tempo como se não estivesse sujeita a nenhuma contestação teórica em relação

aos parâmetros que adota para explicar a realidade. Desse modo, acaba por reforçar uma visão quantitativa e positivista dos fenômenos sociais. O avanço de idéias facilitou o confronto de perspectivas diferentes de entender a realidade, frente á atitude tradicional positivista de aplicar aos estudos das ciências humanas, o mesmo enfoque utilizado de abordagem das ciências naturais, houve um avanço das pesquisas qualitativas para avaliar, por exemplo, o processo educativo.

O enfoque da pesquisa qualitativa escolhida para este trabalho deu relevância aos aspectos subjetivos, ás percepções dos atores sociais, a compreensão que fazem do contexto cultural circundante, dando destaque aos fenômenos pelos significados que eles adquirem para o sujeito (TRIVINOS, 1990). Assim a observação de algum resultado do trabalho educativo realizado pelo CMV, com relação ao empoderamento político e o desenvolvimento local foi possível realizar a partir da análise de depoimentos e falas de um grupo de jovens que recebem capacitações e cursos de formação, e trabalham ligados ao CMV, como multiplicadores dos conhecimentos que recebem e dos valores que absorvem.

A metodologia de pesquisa foi composta também de levantamento bibliográfico, de conceitos teóricos que ajudaram a fundamentar as análises com relação às atividades realizadas pelo CMV, no sentido de estabelecer relações sobre as idéias que compõe a perspectiva do empoderamento, do desenvolvimento local e do cotidiano, onde os conceitos podem ser observados. Desse modo, foi possível uma reflexão mais ampla sobre os processos educativos do CMV e a educação como dimensão do desenvolvimento local que pretende atingir.

Uma pesquisa documental foi realizada, com o interesse em verificar as relações existentes entre o CMV e a comunidade local, bem como, a importância atribuída pela população aos benefícios produzidos pela ONG. A consulta de documentos foi realizada com interesse em confirmar os trabalhos do CMV em iniciativas que possam caracterizar uma contribuição a cidadania, ao empoderamento das pessoas na reivindicação e obtenção de melhoria dos serviços Públicos prestados a comunidade. Nesse sentido, foi possível verificar se está ocorrendo ou não mudanças com relação à atitude das mulheres e de toda a comunidade no que toca á cidadania, á participação política e os direitos humanos das pessoas, permitindo identificar alguns resultados em nível de desenvolvimento local.

Um aspecto importante na abordagem qualitativa é a análise do discurso que não foi utilizada como técnica para interpretação da pesquisa, mas que fundamenta a importância do aporte qualitativo aplicado à pesquisa, principalmente quando o objeto de estudo são pessoas, idéias ou a própria sociedade. Sobre a análise do discurso, essa constitui uma técnica pensada

para entender os diferentes significados de um discurso e sua conexão com a realidade. Seus fundamentos surgiram a partir da crítica ao discurso científico que aparece nas sociedades ocidentais do século XIX. O discurso médico, jurídico, foram historicamente organizados como forma de adquirir o poder, sobre a explicação dos fenômenos, buscando entender por que eles acontecem e qual a posição do indivíduo em relação a ele (FOUCAULT, 2001).

Um aspecto importante dessa abordagem, é que o discurso assim como a linguagem, constitui um conjunto de signos, significados que são produzidos em circunstâncias políticas, sociais e históricas definidas, assumindo um caráter de verdade, de legitimidade no momento em que é produzido e difundido para a sociedade. Esse elemento do discurso que são os sentidos empregados as palavras vão atribuir valores as coisas, objetos, papéis sociais, que além de carregarem uma marca histórica podem permanecer no tempo, no imaginário das pessoas através do interdiscurso (ORLANDI, 2003).

A memória possui uma função importante quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva é tratada como interdiscurso. O interdiscurso é definido como sentidos fixados no tempo por intermédio do discurso que se repete por gerações, resistindo muitas vezes às próprias mudanças socioculturais que já não consideram como importantes para explicar fatos, relações e papéis sociais (ORLANDI, 2003).

Dois exemplos de interdiscurso podem ser descritos se observados na realidade contemporânea. Um diz respeito à própria questão de gênero, que mesmo com décadas de militância política do Movimento Feminista, que tanto no espaço público como nos meios acadêmicos, tentam desconstruir as idéias sobre o papel da mulher na sociedade, deslocando esse papel de uma posição inferior circunscrita na relação de poder do papel masculino sobre o feminino para uma posição de igualdade em todas as esferas sociais. No entanto, a resistência de sentidos históricos atribuídos tanto ao feminino como ao masculino aparece como entrave pois, a concepção sobre o gênero feminino como uma identidade associada ao privado subordinada a relação de poder com o gênero masculino ainda permanece nos dias de hoje.

Outro exemplo é o sentido de cidadania e direito, que mesmo sendo construído como um dos valores principais para o desenvolvimento de uma sociedade democrática tem sido estimulado na prática ao oposto, ou seja, o Estado e as Políticas Públicas passaram décadas incentivando a população a assumir uma posição passiva com relação aos direitos individuais e a cidadania levando as pessoas a um movimento de acomodação frente às ações de assistência fortalecendo uma ligação de dependência que ocorre principalmente em camadas de baixa renda.

Esse pressuposto de direito e cidadania parece ter adquirido um sentido histórico contrário pela maior parte das pessoas, pois é uma concepção que durante muito tempo alimentou no Poder Público, atitudes contrárias que carregam como sentido a idéia de que as pessoas não precisam ter discernimento e nem reivindicar o que julgam como melhor para si mesmas, pois o Estado se encarrega de fazer esse trabalho.

Desse modo, os enunciados e os discursos que são difundidos no cotidiano, são absorvidos pela maioria das pessoas, o vocabulário médico, jurídico, político entre outros, traz implícito um conjunto de significados, que são pensados no dia-a-dia como verdades e nem sempre são. São conceitos e explicações que normatizam a visão das pessoas sobre a sociedade, sobre os papéis sociais, como exemplo está o entendimento sobre gênero, papéis femininos e masculinos, a idéia sobre direitos e sobre participação política. São conceitos que estão sofrendo grandes transformações substituindo significados históricos tradicionais por novos sentidos. Essas mudanças não podem ser pensadas se não como transformações no discurso.

Assim percebe-se que os resultados do trabalho do CMV com os jovens foram compreendidos a partir da interpretação das falas que produziram sobre as informações e as atitudes que executam na comunidade.

Esses dados podem funcionar para análise dos indicadores de desenvolvimento local demonstrando as condições de empoderamento da população representada por um grupo de jovens. Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com membros fundadores da associação, permitindo fazer um levantamento histórico do CMV junto à comunidade a fim de compreender sua origem, a relação com a comunidade Local, as mudanças que correram ao longo dos anos, os trabalhos educativos que desenvolveram junto ao público beneficiado, e de que maneira efetuam o acompanhamento para monitorar os resultados esperados.

Na coleta de dados, foram utilizados, como instrumento de coleta um rádio gravador e uma agenda de campo, como meio de registrar as narrativas dos entrevistados a fim de captar através das suas falas os sentidos que possibilitaram estabelecer a relação entre os trabalhos do CMV e os vetores de desenvolvimento local na perspectiva do empoderamento político e da cidadania.

O Projeto Educar e a Caracterização da amostra

O Projeto Educar

O Projeto Educar constitui uma das principais linhas de trabalho do CMV que foram definidas num convênio internacional com uma Igreja Austríaca em 2003. A finalidade do projeto é promover cursos de formação política abordando jovens de ambos os sexos na perspectiva de que se tornem multiplicadores dessas informações nas comunidades onde moram. Os cursos acontecem por semestre e possuem temáticas variadas que envolvem conhecimentos sobre direitos abordando o âmbito do direito penal, cível, entre outros. Outra temática são os conteúdos ligados às discussões históricas de gênero, envolvendo políticas públicas de saúde e políticas da juventude. A terceira temática aborda raça, Políticas municipais e cidadania, buscando discutir e incentivar a participação dos jovens nos processos políticos a nível local, discutindo também as questões históricas sobre raça etnia e discriminação.

Cursos, Conteúdos e Temáticas do Projeto Educar.

01. Direito e Cidadania.

Objetivo: Esse curso tem como objetivo formar e capacitar jovens sobre noções básicas de direito, para que esses possam ser agentes repassadores nas comunidades, informando, orientando e encaminhando as pessoas na defesa dos seus direitos de acordo com a lei. (CMV, 2005.1).

Módulo I-Direito Constitucional.

Módulo II-Direito Penal e Direito Processual.

Módulo III-Direito Civil.

Módulo IV-Direito do Trabalho e Direito Previdenciário.

02. Políticas de Saúde, Gênero e Políticas da Juventude.

Objetivo: Esse curso tem como finalidade favorecer a aquisição de conhecimentos para que jovens se tornem multiplicadores do conteúdo trabalhado pelo projeto. Ressaltar elementos

das questões de gênero e das políticas públicas de saúde. Trabalhar a proposta política com relação à juventude (CMV, 2005.2).

Módulo I-Saúde Pública e Gênero.

Módulo II-Políticas Públicas na Perspectiva da juventude.

Módulo III-Educação e Cidadania.

03.Participação e Movimento Político na Comunidade.

Objetivo: Esse curso tem como objetivo Promover a discussão entre os jovens de comunidades carentes sobre os compromissos do governo municipal e as necessidades do município. Estimular uma percepção crítica sobre os problemas raciais por parte dos jovens refletindo o papel das políticas públicas na resolução desses problemas (CMV, 2006.1).

Módulo I-Educação e Saúde na Comunidade (necessidades e melhorias).

Módulo II-Habitação e Segurança na Comunidade (necessidades e melhorias).

Módulo III-Etnicidade e Raça (políticas públicas no combate a discriminação).

Caracterização da amostra

O grupo escolhido foi composto de 09 jovens, homens e mulheres que tem sido participantes do Projeto Educar e acompanhados por 04 anos pelo CMV. Os critérios para seleção da amostra foram faixa etária, delimitando a idade entre 15 a 19 anos para os jovens que deram depoimento e estão envolvidos no projeto pelo tempo de existência do mesmo - 04 anos. Outro critério foi o sexo, sendo distribuído entre 05 jovens do sexo masculino e 04 jovens do sexo feminino, todos com o mesmo tempo de vínculo com os trabalhos do CMV através de uma das principais linhas de ação da ONG que constitui o “Projeto Educar”. Esse projeto é constituído por cursos, oficinas vivenciais, da participação direta nos trabalhos de atuação do CMV junto ao Município de Vitória. Entre as atividades promovidas estão, a

participação de audiências públicas, em mobilizações de caráter reivindicatório e político, a organização, planejamento e realização de palestras, cursos cujas temáticas centrais são, gênero, cidadania, políticas públicas e políticas da juventude em comunidades da periferia de Vitória

Um membro articulador da instituição também deu seu depoimento sobre o CMV. Um depoimento que produziu significados indispensáveis sobre o ponto de vista da liderança em relação aos trabalhos do centro. A entrevista foi estruturada em blocos com o interesse em verificar aspectos específicos que possam ajudar a compreender a relação entre os trabalhos do CMV, a percepção dos jovens e o desenvolvimento local.

O primeiro bloco teve como intenção verificar a aprendizagem dos jovens com relação aos trabalhos desenvolvidos pelo CMV. Essa relação pode ser observada no cotidiano e no contato com situações do dia-a-dia que possam suscitar temas que são tratados pelo CMV. O segundo bloco teve como interesse analisar como os jovens compreendem o seu papel na comunidade com relação aos temas tratados pelo CMV como, políticas públicas, igualdade de gênero, organização política e conquista de direitos. O último bloco teve como intuito compreender em que medida as manifestações dos jovens sob intervenção do CMV produzem atitudes mais concretas que podem ser percebidas como ações de empoderamento relacionados com temas que são tratados como, organização e manifestação política, desigualdades de gênero. Outro aspecto da entrevista foi identificar a capacidade desses jovens de multiplicar as informações entre outros adolescentes, e se, essas mobilizações tem levado a resultados práticos de melhorias das condições de vida da população.

Quadro de caracterização dos depoentes eferentes aos jovens que participam do Projeto Educar e um membro fundador do CMV.

sigla	sexo	ocupação	idade	tempo no CMV
A	M	estudante	18 anos	04 anos
B	M	estudante	19 anos	04 anos
C	M	Estudante/trabalhador	18 anos	04 anos
D	F	estudante	17 anos	04 anos
E	F	estudante	18 anos	04 anos
F	M	estudante universitário	19 anos	04 anos
H	F	estudante/autônoma	18 anos	04 anos
I	M	estudante	18 anos	04 anos
J	F	estudante	17 anos	04 anos

G	F	articuladora do CMV	55 anos	
---	---	------------------------	---------	--

Esse quadro apresenta sob forma de tabela a amostra que foi selecionada para a análise da pesquisa e será seguida de uma discussão teórica das categorias que embasaram a compreensão sobre educação e empoderamento. Esse trabalho é composto de cinco capítulos. O primeiro como foi visto é à introdução, onde está colocada uma visão geral da pesquisa incluindo os procedimentos metodológicos do estudo. O segundo capítulo constitui uma reflexão sobre os diferentes enfoques educativos estabelecendo uma relação com o empoderamento político. No terceiro capítulo é abordada a temática dos Movimentos Sociais, das ONGs pensando as formas de articulação com o desenvolvimento local. O último capítulo configura uma discussão sobre os dados da pesquisa onde é feita uma relação entre teoria e prática no intuito de compreender as possibilidades do CMV para o desenvolvimento local.

6.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: O DESAFIO DOS NOVOS ENFOQUES EDUCATIVOS E A QUESTÃO DO EMPODERAMENTO POLÍTICO

Este capítulo se propõe a discutir os modelos educativos, passando pela educação formal como modelo oficial adotado pelo Estado, e pela educação não-formal, como um processo que integra as ações das ONGs e outros grupos organizados que atuam nas camadas populares. O ponto principal do texto é entender o empoderamento político que constitui um dos objetivos principais dessa modalidade educativa, como também, compreender esse processo como contribuição ao desenvolvimento local, na medida em que a educação constitui um eixo importante para o desenvolvimento humano, e as relações sociais, entendidas como o aspecto subjetivo da comunidade como, os valores, os conflitos, as relações de poder e a visão crítica sobre o mundo, são elementos indispensáveis na caracterização do local, portanto, transformar esses aspectos significa trabalhar de forma integrada em direção ao desenvolvimento local (JARA, 1998).

Hoje é recorrente a idéia de que os processos educativos são eixos fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade em todos os seus aspectos. No cotidiano é comum ouvir frases do tipo “se não estudar não vai ter futuro”, ou “quem não estuda vai puxar carroça”. São falas que configuram o imaginário social dando a educação um status que representa progresso, futuro e prosperidade. Contudo, é importante observar que a educação além de permitir projetar o futuro também circunscreve o sistema social no qual está inserida, revelando as condições sociais, econômicas, os valores de cada momento histórico.

Durante a segunda metade do século XX, foi observado através de dados estatísticos que houve uma expansão significativa das instituições de ensino, do número de matrículas, e conseqüentemente da redução do número de pessoas que não tinham acesso à educação. Entretanto, apesar desses percentuais estarem diariamente expostos pelos veículos da mídia como forma de convencer a sociedade de que o país caminha em direção ao desenvolvimento social, muitas controvérsias se instalam, e a principal delas é de que a educação não pode ser mensurada apenas em níveis quantitativos e sim qualitativos, isso não garante que um número grande de pessoas que estão hoje tendo acesso à educação, está ao mesmo tempo recebendo educação de qualidade.

Embora não seja o objetivo do texto analisar a educação em termos comparativos qualidade em relação à quantidade, é preciso pontuar que o modelo da educação formal adotado pelo Estado, foi o que mais fortemente influenciou a sociedade e que até a pouco tempo consistia na única referência que a população tinha sobre o processo educativo, suas finalidade e objetivos.

Alguns pensadores durante o século XX escreveram obras criticando esse modelo oficial de educação para a sociedade por estar a serviço de interesses outros que não o bem

estar coletivo. A escola como Aparelho Ideológico do Estado-AIE, foi uma crítica importante sobre o modelo de educação oficial por identificar que a Escola a Família e a Igreja funcionavam como instrumento de reprodução ideológica dos princípios do sistema capitalista que estava em forte discussão nesse período histórico (ALTHUSSER, 1918).

Nesse sentido se acreditava que pela aprendizagem de alguns saberes reproduzidos na escola, a ideologia da classe dominante, que em grande parte são as relações de produção do sistema capitalista e as relações entre exploradores e explorados seriam também mantidas e reproduzidas. Assim, os mecanismos que reproduzem esse resultado para o sistema capitalista estariam sendo naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da escola amplamente aceita e difundida para toda sociedade. Desse modo, as crianças de todas as classes sociais e desde a educação infantil recebiam durante anos das suas vidas uma educação de saberes contidos na ideologia dominante através das disciplinas de Filosofia, história entre outras. Na idade adulta, uma enorme quantidade dos indivíduos que foram educados nesses pressupostos entraria na produção, como operários nas fábricas ou camponeses na agricultura. Outra parte dos jovens escolarizados prossegue para os cargos dos pequenos e médios, compondo diferentes quadros de empregados, funcionários ou pequenos burgueses que de modo geral reproduziam os mesmos valores políticos e ideológicos (ALTHUSSER, 1918).

Na segunda metade do século XX, autores no campo da filosofia também firmam críticas ao modelo de educação das sociedades modernas. Uma sociedade da norma, da organização formal, onde os indivíduos são considerados normais em função do seu enquadramento nas instituições e suas regras. Um conceito importante aparece como instrumento de controle das instâncias de poder sobre a sociedade, a “disciplina”. De acordo com a concepção de alguns autores a disciplina é antiga, não foi inventada na modernidade. Começou há muito tempo nos colégios medievais. Mas a partir do século XVIII, ela foi refinada. A disciplina se expandiu para o exército, para os hospitais e no século XIX para as fábricas. A escola facilitou a implementação da disciplina, a localização espacial das cadeiras, um espaço recortado, analisado, permite individualizar e classificar as pessoas permitindo a extensão das práticas de controle (FOUCAULT, 1975).

Na escola, os procedimentos disciplinares funcionam como mecanismos para ajustar o aluno em filas, salas separadas por critérios específicos. Aparecem os testes para medir habilidades, surgem métodos para avaliar as capacidades dos alunos. Assim um perfil ideal de indivíduo é desenhado para servir de referência para os demais, são esses os indisciplinados, problemáticos, suscetíveis a punições, para que assim possam se ajustar às normas

estabelecidas. Nessa perspectiva os recursos escolares reproduzem na escola o poder, e seus efeitos, que funcionam em discursos, práticas e saberes (FOUCAULT, 1975).

Esse é o tempo disciplinar que se impõe á prática pedagógica e cujas ações constituíram o modelo formal de educação na modernidade especializando o tempo de formação e regulando o tempo do ofício adquirido pelos alunos, organizando em diferentes estágios separados uns dos outros por provas graduadas, determinando programas, que devem acontecer durante fases determinadas. Desse modo, os indivíduos vão sendo qualificados de acordo com a maneira como percorreram essas séries. Assim a colocação em “série” das atividades sucessivas permite todo um investimento de poder e de controle da instituição sobre o sujeito. A possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) é possível a cada momento do tempo em que as pessoas estiverem na escola (FOUCAULT, 1975).

Com relação às séries a disciplina deve combinar tempo e formação. O tempo de um aluno numa fase deve combinar com o tempo do outro de maneira que consiga atingir o resultado máximo esperado pela escola. Um aspecto importante é que o processo disciplinar que chegou a escola na modernidade recebe forte influência do militarismo. A vigilância, a disciplina e o controle foram embasados nas práticas militares, onde a vida militar assim como o aprendizado escolar começaria na tenra infância, com o ensinamento das crianças o ofício das armas. O exercício da disciplina supõe a vigilância, ou seja, um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar como meios de coerção, de controle do corpo e dos movimentos para que a disciplina seja cumprida e rigidamente seguida (FOUCAULT, 1975).

O discurso do autor faz uma análise do pensamento sobre a educação na sociedade moderna, criticando a educação nas bases da disciplina, do saber e poder, com isso ocorre um aprisionamento da individualidade, das possibilidades criativas do sujeito, pois, sem criatividade não é possível recusar o saber e o poder de disciplinas que normalizam os sujeitos oprimindo suas individualidades. Contudo, é preciso ponderar essas considerações, pois, a disciplina intelectual para os estudos, para a aplicação do conhecimento na formação da criança e do jovem, é indispensável e contribue de forma positiva, para que esses possam, refletir, compara e analisar a realidade.

Assim, é possível pensar que a disciplina aplicada à pedagogia e a educação estiveram a serviço de modificar os padrões de ensino voltados exclusivamente para produzir uma escola da normalização. Contudo, é importante mencionar que a relação entre disciplina e o desenvolvimento de competências intelectuais, constitui uma combinação indispensável para

uma formação educativa consistente do aluno tanto em termos de formação profissional para o mercado de trabalho como para formação política e cidadã.

Uma crítica relevante sobre o papel da escola formal foi realizada no campo da sociologia. A intenção foi discutir as desigualdades de desempenho e de evolução escolar entre os alunos, buscando entender esse processo Diante das diferenças e estratificação social em níveis de classe, cultura que se localizam os diferentes grupos sociais. Assim um ponto importante para entender as desigualdades na escola é que elas refletem as desigualdades sociais mais amplas, pois o rendimento e a aprendizagem é conseqüência de um conjunto de características herdadas e transmitidas por geração denominadas de capital cultural e que vão interferir no processo de aquisição do conhecimento construído no ensino formal (BOURDIEU, 2005).

Esse conceito parte da premissa de que as famílias transmitem por via indireta certo capital cultural para seus filhos. Significa um conjunto de valores, influências, gostos que vão interferir no aprendizado escolar, na aquisição dos conhecimentos, no desempenho e rendimento dos alunos. Entretanto, é preciso lembrar que a transmissão do capital cultural nem sempre está condicionado diretamente as diferenças de classe como poderia supor, pois crianças de classes sociais desfavorecidas podem apresentar um bom rendimento, apesar desse rendimento de modo geral está relacionado com o nível cultural global da família de origem ou seja dos pais e as vezes dos avós.

Assim da mesma maneira que os jovens das camadas sociais abastadas se diferenciam por fatores que podem estar ligados com as diferenças de classe, os filhos de famílias oriundas de contextos populares que chegam ao ensino superior parecem pertencer a famílias que diferem da média de sua categoria. Nesse raciocínio ficaria compreendido que o filho cujos pais tiveram uma formação educacional consistente, com formação universitária refletiria diretamente na possibilidade de que seus filhos facilmente encolhessem ou sentissem atraídos introduzindo essas referências como valores e reproduzindo nas suas próprias vidas. Contudo, o que se observa é que a transmissão do capital cultural se da de forma indireta através de influências que dizem respeito não a profissões ou escolhas específicas, mas ao ambiente, as vivências que foram oportunizadas pela vida escolar com relação à arte a linguagem e outros aspectos transmitidos por geração (BOURDIEU, 2005).

Um ponto necessário para discussão é entender que, se as desigualdades constatadas no processo de ensino é produto de um capital cultural herdado, e que essas diferenças estão circunscritas também as condições de classe, a escola que tem por outro lado o objetivo de um ensino igualitário as expectativas são as mesmas para os alunos independente da variável do

capital cultural. Portanto estaria também esta escola atuando no sentido de reforçar as desigualdades, já que os métodos, avaliação e procedimentos funcionam sem levar em consideração, que nem todos os alunos receberam os mesmos estímulos e condições familiares, ou seja, nem todos são possuidores de um capital cultural que possibilite um aproveitamento escolar igualitário como esperado (BOURDIEU, 2006).

De acordo com esse raciocínio é previsível dizer que as oportunidades de escolarização em nível superior acabam seguindo essa mesma lógica, de que os grupos pertencentes às classes sociais mais abastadas teriam mais oportunidade de se inserir e concluir uma formação universitária do que os jovens egressos de camadas populares. Esse fato, se daria em virtude dos grupos populares estarem em tese destituídos de um capital cultural que agisse como facilitador da escolarização.

Essa perspectiva coloca na pauta os desafios de uma proposta educativa uniformizada para atender uma sociedade marcada pela diversidade e problemas históricos como é o caso da sociedade brasileira, onde uma grande massa de pessoas localizadas tanto na periferia como no espaço rural viveu muito tempo a margem dos pressupostos da educação formal.

Diante do que foi exposto, é possível verificar que críticas consistentes foram feitas ao modelo de educação formal que se instalou durante o século XX. Nas últimas décadas desse mesmo século, no Brasil, novas práticas educativas aparecem como oposição ao modelo educativo considerado como conservador, numa sociedade que estava sob domínio de um sistema político opressor e ao mesmo tempo com uma massa de pessoas sem acesso a educação.

Assim uma nova perspectiva para educação a *educação popular*, praticada com base nos saberes cotidianos, pode conduzir o indivíduo a alfabetização, bem como, um aprendizado crítico sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca. Significa uma educação baseada na participação, na inclusão das pessoas sobre a idéia de que o conhecimento é construído em conjunto e não transferido por alguém considerado detentor do conhecimento, para alguém destituído de conhecimento (FREIRE, 1977).

Essa perspectiva produziu também uma crítica relevante, que muito contribuiu para repensar as práticas de extensão rural e o trabalho do extensionista junto ao camponês. O trabalho do extensionista não significa uma tarefa de transferência tecnológica de saberes técnicos para o homem do campo. Esse trabalho constitui uma tarefa educativa, de comunicação, deve ser baseada no diálogo, na concepção de que o conhecimento é construído em conjunto, levando em consideração o outro que também é munido de um saber próprio,

que não necessariamente científico, mas igualmente importante, e que precisa ser levado em consideração (FREIRE, 1977).

Esse processo se inicia na alfabetização de jovens e adultos de contextos populares, onde as palavras que dão sentido ao cotidiano possam ser trabalhadas de forma que o indivíduo estabeleça uma relação com suas condições de vida, com o contexto histórico e político em que vive, percebendo a si mesmo como sujeito que participa ativamente desse processo e por isso também é capaz de transformá-lo. Assim a educação é vista como processo horizontal, dialógico, como um método crítico e criticizador (FREIRE, 2006).

A partir desse período, a educação transcende os muros das instituições formais de ensino abrangendo os contextos populares, com uma proposta direcionada a educar as pessoas para uma leitura crítica sobre o mundo, e não apenas para o condicionamento de conteúdos didáticos e habilidades técnicas, como se essas não possuíssem nenhuma relação com o contexto mais amplo dos acontecimentos que estão no entorno do indivíduo, sobre a realidade e sobre a história. Diante desse raciocínio é possível dizer que a educação formal não garante a ausência de alienação do indivíduo com relação ao contexto político e social que o cerca, bem como, é capaz de conduzir com especificidade os alunos para uma consciência de classe social baseada no contexto histórico em que a mesma se constitui.

Assim, os Movimentos Sociais e outras organizações de base popular, passam a trabalhar junto as comunidades um processo educativo que vai assumindo peculiaridades, e que hoje é observado nas ações de ONGs e outras formas de associativismo. Essas ações são definidas por alguns autores por pedagogia social, ou educação não-formal.

Educação não-formal é o conceito que busca definir as práticas pedagógicas dos Movimentos Sociais na atualidade, e será utilizado, para refletir sobre o trabalho executado pelo CMV em direção ao Desenvolvimento Local.

A Educação não-formal constitui um processo de aprendizagem em várias dimensões, aprendizagem política dos direitos individuais enquanto cidadão, a capacitação para o trabalho por meio da aprendizagem de Habilidades e potencialidades, capacitação para organização das pessoas em torno de objetivos comunitários focados na resolução de problemas coletivos, educação para uma leitura crítica sobre o mundo. Discutir Educação não-formal demanda uma comparação imediata com os conceitos de Educação formal e informal, desse modo torna-se necessário descrever alguns aspectos que estabelecem diferenças em relação a esses conceitos (GOHN, 2006).

A Educação formal é aquela desenvolvida pela Rede Oficial de ensino público ou privado, possui conteúdos demarcados sendo realizada por Instituições que se apóiam nos

Parâmetros definidos pelo Estado com relação à Sociedade. A Educação informal é definida como aquela onde o indivíduo aprende no processo de socialização, no contato com grupos de bairro, amigos, família, clube, é um processo carregado de valores e culturas próprias de pertencimento e sentimentos herdados. Contudo, a informalidade do processo não conduz ao empoderamento cidadão por faltarem muitos elementos de conteúdo que precisam de uma sistematização específica focados na cidadania e na participação política das pessoas.

A Educação não-formal se dá no processo de compartilhamento de experiências nos espaços coletivos com base em práticas do cotidiano como, o exercício político para a cidadania, relações igualitárias de gênero, aquisição de habilidades profissionais. Na Educação formal o processo educativo acontece em espaços institucionais definidos, certificados com estrutura física planejada e sistematizadas para esse propósito. No caso da Educação informal os espaços educativos são definidos por território, localidade, sexo, gênero, rua, bairro, clube ou Igreja. No processo formal quem educa são os professores, na Educação não-formal o educador é com quem interagimos, reside no bairro, se identifica com os mesmos processos sociais em relação a classe de origem e as dificuldades da vida. No método informal quem educa são os amigos, pais, vizinhos, religião, e os meios de comunicação de massa (GOHN, 2006).

Na Educação não-formal seus objetivos são construídos no processo interativo e tem como base os princípios de igualdade e justiça social. Os conteúdos são definidos a partir das necessidades grupais e, portanto locais. Na Educação formal os objetivos são relativos a conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por lei e voltados para desenvolver competências e habilidades específicas. Na Educação informal o objetivo é a socialização do indivíduo levando-o a internalizar valores, atitudes, crenças.

Nesse panorama de comparações fica destacado que o conceito de Educação não-formal baliza as reflexões em torno das ações educativas do CMV voltadas para o Desenvolvimento Humano e Local. Esse trabalho é executado por uma organização de mulheres focada nas questões de gênero, questões que foram apontadas anteriormente através do conceito de DHS, mas que tem inquietado muitos pesquisadores voltados para pensar as políticas de desenvolvimento de forma contextualizada aos seus aspectos históricos, ou seja, integrar a questão de gênero que aparece no Atlas do PNUD, demonstrando que os fatores de exclusão atingem grupos específicos, e com isso apresenta a necessidade de ampliar ações focadas no desenvolvimento humano das pessoas.

A perspectiva abordada diz respeito às modificações que as identidades de gênero, entendida como papéis sociais de masculinidade e feminilidade vêm adquirindo nas últimas

décadas. A identidade constitui um papel, uma representação que só existe em conexão direta com o mundo, ou seja, os papéis sociais constituem atividades sociais que só existem na relação com outras pessoas e que representam valores e expectativas pré-estabelecidos (CIAMPA,1987).

Numa outra concepção, a identidade constitui um processo de construção de significado com base em atributos culturais e da identificação das pessoas. Esse conceito diverge do que os sociólogos denominam de papéis. Isso porque os papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições sociais, enquanto as identidades constituem fontes de significados para as próprias pessoas e por elas legitimadas. Desse modo, identidades são fontes mais amplas de significados do que papéis em função do processo de auto-construção e individuação que envolve (CASTELLS, 2001).

Com relação à questão de gênero e o Movimento Feminista, esses podem ser percebidos como identidade de projeto, uma nova categorização de identidade, onde os atores sociais reúnem esforços, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social. Esse é o caso do Feminismo que abandona as manifestações de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades se organizaram no contexto histórico (CASTELLS, 2001).

Gênero tem sido um termo utilizado a partir da década de 1970, para teorizar a questão da diferença sexual deslocando o termo de uma associação biológica direta para a compreensão dos processos culturais. O que significa dizer, que a permanência do patriarcalismo, como um sistema social onde os espaços de comando e poder, estiveram concentrados na figura masculina produziu com o tempo efeitos sociais negativos, observados nas concepções de identidade tanto do masculino como do feminino.

A permanência desses contrastes produziram uma realidade social marcada pela dominação da figura masculina sobre a feminina, pela privação de direitos sociais que a princípio estão para acesso de todos, como oportunidades de trabalho melhor remunerados. A abordagem da pesquisa em relação à categoria de gênero firma uma crítica a esse modelo conservador no sentido de desconstruir a concepção de gênero fundada nos pressupostos biológicos para as questões culturais.

Uma perspectiva levantada sobre gênero e suas relações identitárias, diz respeito à concepção essencialista e não essencialista. O essencialismo é uma teoria desenvolvida a partir da biologia e acredita que a origem biológica pode explicar o comportamento social

humano. E desse modo relacionar as identidades culturais de homens e mulheres só faria sentido explicando suas características com base nos argumentos biológicos (SILVA, 2000).

Esse pensamento considera que a mulher por ser possuidora do aparato biológico que reproduz a espécie teria por constituição uma identidade associada ao privado e ao cuidado dos filhos. A perspectiva não essencialista entende que não existe um elemento autêntico inerente à raça, ao gênero e outras categorias que não se altere ao longo do tempo evoluindo e assumindo novas formas de expressão. Essas formas se vinculam a percepção das identidades como contingências históricas e, portanto mutáveis (SILVA, 2000)

Gênero pode ser entendido como relação de poder que perpassam os papéis sexuais de homens e mulheres. É um ponto a partir do qual é possível compreender as estruturas de poder em que se organizam os sistemas políticos de várias sociedades. Gênero nessa concepção circunscreve não só o sistema político, mas que sob forma de discurso perpassa também o econômico, o jurídico e o educativo. É a forma principal de representação do poder na maioria das sociedades ocidentais. Os sistemas políticos de diferentes sociedades legitimam e concentram a figura masculina nos espaços de liderança e comando das nações. Esse processo faz sentido na medida em que é compreendido como meio de consolidação do poder e de controle da dinâmica social. (SCOTT, 1996)

Essa perspectiva sobre gênero enquanto identidade em torno da qual se constitui os mecanismos de poder e controle social, do gênero masculino em detrimento do feminino, abre a possibilidade para questionar a transformação dessas identidades com relação à realidade atual e o discurso educativo, seja ele, nas suas expressões formais adotadas pelo Estado, ou informais adquiridos no cotidiano, ou por instituições, como as ONGs especificamente as de base feminista que tem trabalhado em favor do desenvolvimento através de ferramentas educativas na perspectiva do empoderamento político e da cidadania das pessoas (SCOTT, 1996).

O empoderamento é o processo pelo qual o indivíduo, organizações e comunidades, obtêm recursos que lhe permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de decisão. Nesse contexto empoderar significa dizer que os indivíduos têm poder de agenda nos temas que afetam suas vidas (ROSSI, 2006).

Esse processo é fundamental para que as pessoas e comunidades consigam realizar mudanças, organizar frentes de trabalho, mobilização e participação política. Assim, talvez seja possível transformar as condições de vida das comunidades empobrecidas, fornecer recursos para que as pessoas possam sair da passividade e dos vícios adquiridos com políticas públicas paternalistas.

Caso contrário fica muito difícil combater a pobreza com a passividade. O que não significa falta de ação, mas falta de poder. As comunidades camponesas são socializadas de tal forma que as pessoas ficam apáticas, numa posição subalterna e acrítica. Essa falta de proposições políticas faz com que as comunidades fiquem temerosas de se expressar, e principalmente de articular suas reivindicações. Após décadas de repressão individual e coletiva, atitudes conformistas e comportamentos reacionários surgem no interior das próprias comunidades. Se constrói uma cidadania passiva através da qual, as comunidades podem influenciar em certas questões da vida local, desde que, não afetem interesses fundamentais de grupos específicos. Essa passividade cria um senso de governabilidade e de imobilidade política. Nesse raciocínio as comunidades ficam relativamente incapacitadas de enxergar além do cotidiano e das necessidades imediatas (JARA, 1998).

Desse modo, o empoderamento das pessoas não se dá de forma direta e automática, consiste num planejamento e intervenção externa que busca atingir indivíduos e organizações em projetos de combate a exclusão, que objetive a promoção de direitos e o desenvolvimento das pessoas em âmbito local e regional, focando a transformação das relações de poder na sociedade, principalmente nas camadas sociais de menor poder econômico (ROSSI, 2006).

O empoderamento é uma categoria analítica utilizada por diversas disciplinas como, Administração, Economia, Sociologia, além de constituir uma ferramenta com que governos, e organizações da sociedade civil buscam transformar a vida das pessoas e comunidades, dando acesso à cidadania, a consciência crítica sobre os direitos, incentivando a participação na formulação de políticas e utilização de recursos públicos que objetivam beneficiar a comunidade.

O empoderamento é um termo cuja conotação política, foi ouvida pela primeira vez no início dos anos de 1970, ainda no original inglês “empowerment”. Em termos de Brasil esse conceito assume força no discurso do Movimento Feminista nesse mesmo período. Logo após essa categoria passa a ser articulada ao discurso do desenvolvimento alternativo, tendo em vista o não cumprimento das promessas do modelo tradicional de desenvolvimento, que centralizou suas forças no crescimento econômico gerando como consequência a ampliação da exclusão que ocorre na medida em que áreas como, meio ambiente, distribuição de riquezas, solidariedade, educação entre outras foram sendo deixadas de lado (ROSSI, 2006).

Nessa perspectiva o empoderamento torna-se um termo corrente, com múltiplos sentidos, e diferentes formas de intervenção na realidade. No entanto a conotação de empoderamento adotada para essa pesquisa produz como resultado o aprofundamento da democracia, o exercício pleno da cidadania entre as pessoas, e a conquista da autonomia dos

indivíduos incentivando uma participação política organizada nos processos de decisão pública.

Para pensar em atingir um objetivo político importante é indispensável um trabalho organizado. Isso porque toda proposta de modificação na vida social encontra resistência dos interesses estabelecidos. A organização traz uma série de vantagens para qualquer trabalho em busca de mudança social. Além da soma de forças, a organização possibilita a divisão do trabalho, o recebimento de mais informações, mais rapidez e amplitude na divulgação das propostas e uma avaliação mais precisa dos obstáculos e dos resultados conseguidos (DALLARI, 1984).

Outra modalidade de empoderamento relevante para a discussão da pesquisa, é o empoderamento individual ou intrapessoal. Esse empoderamento acontece quando os indivíduos em nível subjetivo se percebem capazes de assumir atitudes de mudança, motivados pela auto-confiança e pela capacidade de intervir e modificar sua própria realidade. Esse empoderamento tem um sentido ligado à auto-estima, a modificação na imagem interna do sujeito que começa a acreditar mais no seu próprio potencial de mudança (ROSSI, 2006).

Contudo, é preciso lembrar que mesmo sendo influenciado por fatores psicológicos, o empoderamento individual é relacional na medida em que acontece em contato com o social, é um elemento entre o indivíduo e o grupo do qual faz parte. O empoderamento intrapessoal pode ser identificado quando as pessoas se sentem seguras e competentes em uma determinada situação, sentem que sua presença é relevante, têm mais oportunidades e recursos para agir do que constrangimentos e limitações (ROSSI, 2006).

Nessa direção, a própria participação e o exemplo de lideranças locais que se saem bem em fóruns participativos podem constituir fontes importantes de empoderamento intrapessoal, não sendo raro encontrar, em pesquisas, pessoas que relatam terem aprendido a participar participando, sendo motivadas a posicionar-se em instâncias públicas e coletivas. Por outro lado, sem um grau mínimo desse nível de empoderamento, a motivação para participar ativamente de qualquer manifestação de caráter político é drasticamente reduzida na medida em que o indivíduo já entra no contexto do debate com sentimento de derrota ou menos valia (ROSSI, 2006).

Essa face do empoderamento deve estar implícita em qualquer outra forma de manifestação e participação política que tem como fim atingir um nível elevado de empoderamento em grupos de jovens ou mesmo entre os grupos feministas.

Alguns autores consideram que entre as formas de participação política mais eficiente estão os trabalhos de conscientização e organização. A conscientização consiste em dar uma contribuição para que as pessoas percebam a influência que podem exercer sobre as mudanças coletivas. Esse trabalho pode ser exercido no plano individual, nas relações diretas entre duas ou mais pessoas. A organização consiste em colaborar concretamente, fornecendo idéias ou recursos materiais para que as pessoas reúnam esforços em torno de objetivos comuns (DELLARI,1984).

Segundo pesquisadores existem duas concepções de empoderamento. Uma focada no interesse e mobilização da comunidade para que haja uma efetiva melhora nas condições de vida das pessoas que lá residem. A outra concepção diz respeito aos trabalhos de assistência a comunidades excluídas que ajuda a manter a relação de dependência com essas organizações. Nesse sentido, é preciso estabelecer algumas diferenças de empoderamento produzido por grupos progressistas e conservadores. Os conservadores se apóiam no projeto neo-liberal preocupado em fortalecer o capital privado deixando para as comunidades a resolução dos próprios problemas. Os progressistas se apóiam na definição exposta no início do texto, voltado para o fortalecimento das camadas sociais de baixa renda, no intuito de desenvolver a consciência crítica entre as pessoas, a conquista da cidadania e da participação social (GOHN, 2004)

Nesse contexto, é observado uma nova configuração nos Movimentos Sociais e ONGs, que trabalham numa perspectiva progressista e com uma pauta ligada a realidade contemporânea. No âmbito das discussões sobre cidadania tem sido executada por meio de trabalhos ligados a educação objetivando trabalhar o empoderamento, a consciência cidadã e a ampliação dos direitos sociais.

A cidadania é um processo composto por direitos civis e políticos, e de direitos sociais. Os direitos civis, conquistados no século XVIII, correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir direito à vida, segurança. Os direitos sociais foram conquistados no século XX, a partir da luta do movimento operário e sindical. São os direitos ao trabalho, a saúde, educação, aposentadoria, enfim garantia de acesso aos meios de vida e bem estar social (VIEIRA, 1997).

No que diz respeito à relação entre cidadania e o Estado hoje, podemos perceber que na conjuntura atual os direitos de liberdade e de propriedade referentes aos direitos civis parecem não ter sido afetados de maneira significativa. Quanto aos direitos sociais como direito a saúde, educação, habitação e outros, as sociedades sofreram e ainda sofrem um forte impacto ocasionado pelo processo da globalização. A tese atual do Estado Mínimo

patrocinada pelo neoliberalismo parece ter constituído um marco essencial, com relação à perda da cidadania das pessoas, por não usufruírem mais de direitos historicamente garantidos ficando a mercê da iniciativa privada o fornecimento de serviços essenciais a sociedade como educação (VIEIRA, 1997).

Em relação às ONGs como foi citado no texto, essas organizações apesar de possuírem objetivos comuns, os interesses acabam divergindo entre as ONGs, que trabalham numa perspectiva conservadora integrando a conjuntura neo-liberal em parceria com o Estado que atua de forma mínima. Essas organizações não levam em conta o peso das relações e poder existente na sociedade e responsáveis pela exclusão e pobreza. Não trabalham a visão, onde o progresso econômico precisa andar ao lado de outras dimensões da vida humana como, cultura, meio ambiente, a subjetividade dos grupos, e o empoderamento político para a cidadania.

Os grupos e ONGs que trabalham numa perspectiva progressista e emancipatória, levam em consideração na prática, que o trabalho para o empoderamento precisa estar comprometido em desconstruir, ou minimizar as estruturas do poder tradicional, caracterizado pela concentração de renda, manipulação político-partidária do orçamento público, a desigualdade produzida por diferenças identitárias em grupos por gênero, raça e outros aspectos.

CAPÍTULO 3

MOVIMENTOS SOCIAIS, ONG E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo tem como objetivo fazer uma análise dos Movimentos Sociais no Brasil da década de 1970 até os dias atuais, realizando uma reflexão sobre o papel das ONGs como manifestações desses movimentos na atualidade e de que maneira se aproximam dos propósitos da extensão rural e do desenvolvimento local.

Os Movimentos Sociais conformam práticas coletivas de caráter sócio-político e cultural demonstrando formas distintas da população de organizar e expressar suas demandas. Em sua análise, os Movimentos Sociais sempre existiram por expressar as formas de resistência a modelos sociais opressores e se mostrando como fontes inovadoras de transformação cultural. Nessa perspectiva é observado que assim como a cultura os Movimentos Sociais evoluem e se transformam ao longo do tempo, refletindo as relações econômicas e políticas da sociedade no momento em que vive (GOHN 2004). Esses movimentos embora tenham uma definição ampla podem ser compreendidos em diferentes segmentos, podendo ser conservadores fundados em fundamentalismos com posturas reacionárias se opondo a qualquer tipo de mudança ou progressistas, atuando com agendas emancipatórias (GOHN 2004).

Esses movimentos trabalham com redes sociais por meio de discursos e práticas educativas. Também se organizam na atualidade sob novas formas de associativismo abordando temas pontuais para sociedade e com uma pauta que não se constitui numa orientação político-ideológica, mas sim questões universais como, meio ambiente, gênero, a formação profissional e política. Nesse contexto, é observado uma nova configuração nos Movimentos Sociais que trabalham com uma pauta ligada a realidade contemporânea e que no âmbito das discussões sobre gênero tem sido executada por meio de trabalhos ligados a educação objetivando trabalhar o empoderamento, a consciência cidadã e a ampliação dos direitos de algumas camadas da sociedade.

Os Movimentos Sociais traduzem práticas coletivas, que representam sempre um movimento de resistência e contestação de grupos, frente às opressões instituídas por sistemas sociais centralizadores de poder e de controle social. Seja através da raça, do gênero das relações de trabalho, a organização de muitas sociedades ocidentais vem séculos a fio aplicando políticas públicas, estabelecendo regras coletivas na economia, na educação e em outras áreas que fortalecem um ideário de opressão sob muitos grupos. (GOHN, 2004).

Alguns autores consideram que em diferentes períodos históricos, como o vivido pela França no século XIX, as práticas médicas e jurídicas, além de rudimentares estavam a serviço da exclusão e do controle político da sociedade nos primórdios da industrialização. Desse modo, a produção de saberes científicos, do conhecimento produzido nas áreas da

economia, medicina, do direito, da política e da educação se prestavam a interesses que traziam como consequência a concentração do poder e a regulação social. (FOUCAULT, 2001).

Assim os Movimentos Sociais que acompanharam mudanças importantes ao longo do século XX, mantiveram intactos os interesses em transformar as relações de poder que permaneceram no tempo. No início desse novo século, os Movimentos Sociais estão adquirindo um papel de destaque na pauta de discussão sobre os problemas sociais, neles se destacam quatro pontos. O primeiro, está representado pela luta em defesa das culturas locais, contra os efeitos nocivos da globalização. Eles estão ajudando na construção de um novo padrão civilizatório, o que inclui uma nova visão sobre desenvolvimento orientado para o ser humano e não para o mercado. Outro papel importante a ser destacado sobre os movimentos atuais é o resgate que eles estão operando sobre o caráter e o sentido de instituições e políticas públicas (GOHN, 2004).

O segundo aspecto, diz respeito à reivindicação ética nos processos políticos exercendo vigilância sobre a atuação estatal, eles orientam a população para o que deveria ser dela e está sendo desviado para fins e interesses particulares, como os impostos arrecadados que estariam sendo mal gerenciados. O terceiro ponto é que os movimentos têm coberto áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades e instituições do tipo, partidos políticos, sindicatos e igrejas. Assim, aspecto da subjetividade das pessoas relativo a sexo, crença e valores, tem encontrado vias de manifestação porque o grau de tolerância é alto na maioria dos Movimentos Sociais.

O último diz respeito à autonomia, um entendimento diferente do que existia nos anos 1980. Hoje a concepção de autonomia não significa estar contra tudo e todos, mas sim ter projetos e pensar junto sobre interesses da coletividade, elaborando um planejamento estratégico em termos de metas e programas. É ter crítica, mas também proposta de solução para os problemas que estão envolvidos. Ter autonomia é priorizar a cidadania e tentar construir esse processo onde ainda não existe, ou seja, é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates (GOHN, 2003).

No Brasil, na década de 1970 e parte de 1980, ficaram famosos os Movimentos Sociais Populares articulados aos grupos de oposição ao regime militar, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da teologia da libertação. Ao final dos anos 1980 e início de 1990, o cenário sóciopolítico se transformou radicalmente. A princípio houve declínio nas manifestações de rua dando visibilidade aos movimentos populares nas cidades. A partir de 1990, ocorreu o aparecimento de outras formas de organização popular, como a

constituição de Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular (GOHN, 2004).

Entretanto, á medida que avançaram as políticas neoliberais nos anos 1990 surgiram outros Movimentos Sociais, agindo contra as reformas estatais, a Ação da Cidadania contra a Fome, movimentos de desempregados, etc. Algumas dessas ações coletivas surgiram como respostas á crise socioeconômica, atuando mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais organizados. Grupos de mulheres foram organizados nos anos 1990 em função da sua atuação na política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de luta contra as discriminações. O movimento dos homossexuais também adquiriu impulso, organizando passeatas e atos de protesto. O mesmo ocorreu com o movimento afro-brasileiro, que deixou de ser um movimento de manifestações culturais pra ser um movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial (GOHN, 2004).

Outros Movimentos Sociais importantes surgiram no Brasil nesse mesmo período. Os indígenas, os funcionários públicos, especialmente em áreas de educação e saúde, e dos ecologistas. Os primeiros cresceram em número e organização nesta década, eles passaram a lutar pela demarcação de suas terras e pela venda de seus produtos a preço justo e em mercados competitivos. Os segundos se organizaram em associações e sindicatos contra as reformas governamentais que retiraram progressivamente direitos sociais. Os terceiros, dos ecologistas, proliferaram após a conferência Eco 92, dando origem a inúmeras ONGs (Organizações Não-Governamentais). Aliás, as ONGs passaram a ter mais importância nos anos 1990 do que os próprios movimentos sociais. Se tratam de ONGs diferentes das que atuavam nos anos 1980 porquê assume um lugar estratégico na nova organização do Estado e no contexto recente da sociedade brasileira. Assim é importante fazer uma reflexão sobre o que são as ONGs, analisando suas diferentes definições, e seus objetivos com intuito de entender de que maneira incorporam características dos Movimentos Sociais nas ações.

Pensar sobre as Organizações Não Governamentais-ONGs no Brasil implica em compreender essa noção em sua dimensão histórica. As ONGs consideradas como integrantes do terceiro setor da Sociedade Civil Organizada, diferente dos dois outros setores considerados como relevantes (o Estado e o Mercado), têm aparecido no cenário nacional nas últimas décadas do século XX, movidas por mudanças importantes nas esferas da política e da economia nacional e até mundial. Um importante aspecto a ser destacado é que essas organizações possuem como objetivo principal atuar na transformação de aspectos negativos da realidade social como a exclusão e a desigualdade entre grupos e camadas sociais. Desse modo, o capítulo que se inicia tratará de questões ligadas ao surgimento das ONGs, sua

conexão com os Movimentos Sociais em particular o Movimento Feminista, abordando também uma reflexão sobre o real papel dessas organizações na sociedade atual (WARREN, 1993).

Entender as ONGs como parte do terceiro Setor diferentemente do (Estado e do Mercado), é necessário que se faça uma distinção de outras organizações deste Setor. A autora define este Setor como composto de organizações que possuem algum grau de permanência institucional, são privadas, sem fins lucrativos, ou seja, sem distribuição de lucros para seus membros, e com algum grau de participação de voluntários. De acordo com essa definição Entidades exclusivamente filantrópicas, assistencialistas poderiam ser incluídas nessa definição. Essa terminologia teve sua origem nos países do primeiro mundo onde frequentemente essas *entidades* são incluídas como ONGs (WARREN, 1993).

A autora toma por base os critérios de funcionalidade e historicidade para melhor compreender o conceito de ONGs. Historicamente os Centros Populares de Educação, Assessoria e mais recentemente as entidades ambientalistas têm utilizado essa denominação. Quanto ao critério de funcionalidade as ONGs brasileiras têm se caracterizado como entidades de assessoria, apoio, promoção, educação e defesa dos direitos humanos e ambientalistas, com interesse primordial de reverter os quadros de desigualdade presentes na sociedade atual. Dessa forma, argumenta que estas ONGs têm se preocupado principalmente com as questões ligadas a cidadania, direito a terra e com a construção de uma sociedade mais participativa e justa. O enfoque recai sobre temáticas como, pobreza, desigualdade, discriminação de gênero, discriminação racial, a destruição do meio ambiente ou mesmo de carências coletivas como, a falta de acesso a bens básicos como saúde, habitação, educação e direitos humanos, (WARREN, 1993).

Sintetizando, a autora considera ONGs como organizações formais, privadas porém sem fins públicos, sem fins lucrativos, objetivando trabalhar em processos de caráter educacional, político, assessoria técnica a populações específicas, tendo em vista expandir o poder de participação dessas desencadeando transformações em âmbito local e global.

A utilização do termo ONGs também é utilizado para nomear entidades específicas, destituídas de interesses econômicos e voltados para mudanças importantes na sociedade, surge a partir de 1948, quando as Nações Unidas criaram o Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento, dando destaque as ações no Terceiro Mundo. De acordo com a autora existem referências de que em vários Estados Nações, com a denominação de ONGs, funcionavam iniciativas filantrópicas datadas do século XIX, além das Entidades privadas tais como, sindicatos patronais e de trabalhadores, entre outros (BUARQUE, 2001).

Nesse sentido, levando em consideração as devidas distinções, as ONGs que surgiram no Brasil e em outros países em desenvolvimento, nos últimos vinte e cinco anos, é fruto de novas relações políticas entre o Estado e a sociedade civil. Entretanto, vem sendo observado que sob a designação de ONGs vem surgindo nos últimos anos organizações motivadas por interesse econômico voltadas para o mercado de prestação de serviços técnicos. Assim o conjunto de instituições que são consideradas como ONGs não formam um grupo homogêneo, tanto pelo momento histórico que passaram a existir como por seus objetivos e formas de funcionamento. Desse modo, seria um equívoco adotar uma definição generalizada para o termo ONGs, (BUARQUE, 2001).

A partir dos anos de 1980, é que o termo ONGs adquire o significado de agente articulador entre programas de desenvolvimento e as políticas sociais, passando a adotar no cenário nacional e internacional o caráter de entidade privada, sem fins lucrativos, voluntárias, autônomas, descentralizadas e vinculadas as questões locais.

O surgimento das ONGs no Brasil, coincide com a necessidade nacional de contra partida ao modelo autoritário vigente nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Na ruptura de um sistema político concentrador de poderes para um regime democrático, essas organizações se instalam integrando a idéia de trabalhar a favor dos direitos humanos e cidadãos, dos grupos excluídos da população, seja por sua localização na estrutura de classe, etnia, raça, opção sexual (BUARQUE, 2001).

Outra reflexão sobre a terminologia das ONG considera que esse termo foi assumido no Brasil, por organizações que surgiram a partir dos anos 1960 e 1970, no período do regime militar. Contudo elas não eram reconhecidas por esse nome, mas por centros de educação popular, de promoção social ou de assessoria e apoio (DURÃO, 2005).

O processo de resistência e oposição ao regime fomentou o surgimento de uma diversidade de organizações civis, operárias, estudantis, populares, entre elas as ONGs, que ganharam novos horizontes com a democratização política do país. Para o autor essas ONGs desempenharam um papel significativo na organização e mobilização de inúmeros Movimentos Sociais, rurais e urbanos, bem como, de lideranças sociais, operários, trabalhadores rurais, contribuindo com a rearticulação da sociedade civil brasileira (DURÃO, 2005).

É principalmente a partir dos anos de 1980 que as organizações começam a se espalhar no Brasil, criando um enraizamento social e assumindo a terminologia “ONG” com significado específico, que as diferencia das demais organizações da sociedade civil. As ONGs constroem a partir desse período, uma identidade calcada no apoio e assessoria aos

Movimentos Sociais e às organizações de trabalhadores, fazendo assim uma distinção das entidades prestadoras de serviços específicos, filantrópicas ou de assistência social.

Os acontecimentos importantes marcaram a construção da legitimidade do nome “ONG”, no início dos anos 1990. Em 1991 acontece a fundação da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais-ABONG, e a realização de um grande encontro internacional, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, no Rio de Janeiro, contando com as ONGs brasileiras, latino-americanas e agências internacionais. Outro evento importante foi o encontro de lideranças mundiais também no Rio de Janeiro para discutir os problemas ambientais, mais conhecidos como Eco-92. Essa combinação de acontecimentos favoreceu a construção da legitimidade das ONGs no cenário nacional, fortalecendo a identidade de que as ONGs são instituições importantes nas mudanças sociais que precisam ser enfrentadas, tanto a nível social como ambiental (DURÃO, 2005).

Para o autor a partir dos anos 1990 e o início do século XXI, o Brasil tem seus problemas sociais bastante agravados pela globalização neoliberal, fundada em aspectos como a flexibilização produtiva, o privatismo e a reforma do Estado. Há nesse período uma crescente desobrigação do Estado em relação às políticas públicas. Acontece nesse momento também um retrocesso nas políticas sociais junto a uma crescente desarticulação do movimento sindical entre outros.

Nesse contexto de crescentes mudanças políticas, observa-se uma multiplicação de novas organizações sem fins lucrativos voltadas para intervenção no campo da questão social ou da pobreza, com vários objetivos e práticas distintas. São entidades sociais, assistenciais, organizações de ações solidárias, fundações empresariais que disputam o significado “ONG”, e começam a serem vistas de diferentes formas, muitas vezes admiradas e outras fortemente criticadas (DURÃO, 2005).

É observado que a partir de 1990, a lógica da exploração financeira e da privatização da reforma do Estado, embasou o discurso das parcerias como disfarce ao abandono das suas responsabilidades historicamente atribuídas junto à população. Ao lado desse cenário estão as ONGs, cujo papel na sociedade flutuam entre agências focadas no trato das questões sociais ou como instrumentos políticos do sistema neoliberal. Nesse período pode-se dizer que a opinião pública acerca do significado da sigla “ONG” e de sua prática torna-se bastante vaga e ambígua. É observada uma valorização do papel das ONGs e outras organizações da sociedade civil pela mídia e por órgãos públicos, enquanto substituição eficiente do papel do Estado, particularmente em ações exemplares e pontuais, já que elas não tem capacidade de

desenvolver ações em escala de massa atingindo um quantitativo expressivo de populações atendidas (DURÃO, 2005).

Nessa conjuntura de mudanças, de desresponsabilização do Estado, políticas neoliberais, crise no mercado de trabalho com conseqüências diretas para a vida social, é que se faz necessário repensar o lugar das ONGs, sua missão e seus objetivos, seu papel junto aos Movimentos Sociais e os problemas históricos enfrentados por esses Movimentos como, a Reforma Agrária, a discriminação racial, o problema da falta de habitação, educação, cidadania, da opressão de gênero entre outros.

O que se observa na realidade é que alterações profundas ocorreram no interior dos Movimentos Sociais. De um lado eles perderam visibilidade, pelo menos os movimentos populares urbanos durante a década de 1990, diminuíram suas formas de protesto reduzindo seu espaço na mídia, havendo um deslocamento dessa visibilidade para as ONGs. Assim houve uma reformulação dos sentidos e das práticas dos movimentos sociais. O resultado desse processo é uma identificação diferente, construída a partir da relação com novas formas de associação, de interação com as ONGs e a participação nas políticas públicas. Dentre os movimentos populares urbanos, a luta pela moradia continuou a ter centralidade como luta popular mais organizada. Uma parte dela tornou-se bastante institucionalizada, atuando no plano jurídico, via suas assessorias, obtendo conquistas importantes, como o estatuto da cidade. Outra parte migrou com suas assessorias para as ONGs, participando de projetos institucionais, tais como as cooperativas de auto gestão entre outras (GOHN, 2003).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST é o mais famoso entre cerca de 20 movimentos sociais rurais no Brasil e na atualidade. Os movimentos sociais rurais tiveram nos anos 1990, mais visibilidade e importância política do que os movimentos sociais urbanos, suas estratégias de ocupação e mobilização coletiva, têm gerado visibilidade na mídia, e um constante posicionamento do poder público. Já as ONGs que atuam na área rural também mudaram suas características nos últimos anos. Apesar de algumas dessas entidades possuírem um trabalho de mais de 20 anos influenciados por interesses históricos de reforma agrária, melhores condições de vida para a população rural fazendo críticas profundas sobre a ausência do Estado nas questões de bem estar social, hoje funcionam como entidades de assessoria, que trabalham em parceria junto ao poder público e entidades internacionais desenvolvendo projeto que minimize a pobreza no campo, eleve o nível educacional das pessoas como forma de subsidiar as comunidades, no trabalho de organização política e reivindicação de mudanças junto ao Estado (GOHN, 2003).

Entretanto, é preciso pensar de que maneira as ONGs se articulam nos dias atuais com os propósitos de uma perspectiva de desenvolvimento ligado as áreas rurais, sobre tudo no contexto da realidade social que no percurso desses últimos 20 anos transformações importantes ocorreram em vários aspectos a nível nacional e mundial, onde as características do modelo de desenvolvimento atual se tornam cada dia menos aceitáveis e uma nova perspectiva aparece no horizonte.

Nas últimas décadas do século XX ocorreram mudanças importantes impulsionando diferentes atores da sociedade a repensar nosso atual modelo de Desenvolvimento. Levado pelo avanço da globalização e do capitalismo mundial a conjuntura político-econômica apresentada ao mundo nesse final de século define-se como Neo-Liberal. Suas principais características são: O recuo do Estado nas suas atribuições sociais de garantir serviços básicos a população como educação, saúde, habitação e cultura, permitindo desse modo uma entrada do mercado e das Organizações não Governamentais-ONGs no cumprimento desses papéis. Nessa perspectiva, é observado uma redução orçamentária por parte do poder público no que toca investimentos mais amplos para o crescimento social (PIRES, 2003).

Outro aspecto importante do cenário Neo-Liberal é a transnacionalização de empresas oriundas de países ricos que transferem suas bases de produção para países em Desenvolvimento, deslocando a riqueza para o primeiro mundo e deixando nos continentes subdesenvolvidos a fuligem das fábricas e uma massa de operários assalariados. O avanço das tecnologias da comunicação e da informação, também são fatores característicos desse novo tempo, permitindo uma maior velocidade na circulação de mercadorias, investimento e mobilização de capital financeiro executado em tempo real através da Internet. No entanto o Neo-liberalismo como processo político-econômico constitui um paradigma de Desenvolvimento fortemente criticado na atualidade.

As críticas recaem sobre a constatação de que esse modelo de desenvolvimento tem contribuído para o aumento das desigualdades em escala mundial proveniente da concentração de riquezas, gerando como consequência, um maior empobrecimento das sociedades menos desenvolvidas produzindo o desemprego em massa. Outro aspecto é a degradação do meio ambiente, como resultado de um processo de industrialização e da exploração irrestrita de recursos naturais produzindo desequilíbrios ecológicos em grandes proporções.

Essas observações somam as críticas ao modelo de desenvolvimento presente, projetando o Desenvolvimento Local-DL, como alternativa a conjuntura já estabelecida, passando de uma perspectiva de Desenvolvimento econômico e tecnológico excludente, para

uma proposta de desenvolvimento integrado a sociedade por meio de uma visão sistêmica de articulação de mobilização dos diferentes setores sociais (FRANCO, 2002).

O termo desenvolvimento local se presta a várias interpretações. É visto como processo endógeno de mudanças capazes de melhorar as condições de vida, produção e trabalho, que se localizam em espaços territoriais menores, ou como desenvolvimento no âmbito da comunidade, do município ou região orientado por princípios de sustentabilidade, igualdade social, eficiência econômica, democracia política, conservação ambiental e diversidade cultural (JARA, 1998).

Entretanto é preciso definir o que é o local quando utilizamos esse termo. Geralmente falar de “o local” diz respeito a um espaço territorial delimitado que pode ser identificado como uma comunidade, um município, uma região nessa perspectiva, o local aparece como componente do global. No entanto, essas esferas se relacionam. Fazer um plano de desenvolvimento para beneficiar as comunidades pobres de um determinado município significa trabalhar contextualizando problemas. Desse modo, nenhuma questão pode ser tratada desvinculada do contexto sócio-econômico e cultural. (JARA, 1998).

Nesse sentido, “o local não se restringe ao espaço geográfico”. Quando se fala em contextualizar, se refere a identificar os relacionamentos sociais que condicionam uma determinada situação, ou seja, “o local”, diz respeito às relações sociais e políticas dentro de uma fronteira, de um espaço territorial. Esse processo está conectado a uma rede de relações (dominação, cooperação, reciprocidade, conflito, participação e exclusão), que embasam determinadas práticas e comportamentos.

O que constitui “o local” são as relações. Se o interesse é saber o que caracteriza um certo tipo de realidade social é necessário conhecer as relações. E se o objetivo principal é mudar essa realidade, combater a pobreza e diminuir a desigualdade é preciso transformar as relações existentes, ou seja, projetar um empreendimento que promova geração de renda para uma comunidade não pode estar separado do trabalho com as pessoas, pois, as relações humanas existentes em um determinado espaço físico, os valores, os preconceitos, o entendimento sobre política e igualdade de direitos são elementos importantes tanto na caracterização do local como em iniciativas para transformá-los (JARA, 1998).

O desenvolvimento local, trás a idéia de que somos todos responsáveis pela vida social, o que não significa destituir o Estado das suas responsabilidades históricas, mas enfatizar que todos nós somos atores desse processo. Dentro dessa perspectiva de desenvolvimento local existe a necessidade de valorizar o patrimônio histórico e cultural ligados ao território subsidiando atividades econômicas envolvendo atores locais. Contudo,

esse patrimônio não se restringe apenas a dimensão material, como a arquitetura, mas a bens imateriais como, as tradições, a culinária e o próprio imaginário ligado ao território construindo assim uma marca. Um dado importante é dizer que o D. L. incorpora idéias como democracia, autonomia e participação (PIRES, 2003).

Também é importante assinalar que o desenvolvimento local pressupõe a união de esforços dos diversos atores sociais como, poder público, privado, sindicatos, ONGs, associações de bairro, que independente das diferenças que possam existir entre os mesmos, possam sentar juntos numa mesa de negociação e deliberar alternativas em benefício da comunidade. Essa estratégia de negociação vem sendo atualmente denominada de “concertação social” ou “pacto social”, envolvendo todos os atores sociais em torno de um projeto coletivo (PIRES, 2003).

Entretanto, é preciso indagar em que aspectos essa perspectiva se diferencia do modelo anterior e o que de fato propõe de novo com relação ao Desenvolvimento Social. As principais diferenças estão no fato de que antes o desenvolvimento era pensado a partir da sua base econômica, ou seja, instalar uma empresa ou indústria numa determinada localidade poderia gerar emprego e por si só alavancar o desenvolvimento de outros setores sociais de forma direta. Essas idéias estão baseadas numa concepção causal de tentar solucionar e explicar os problemas sociais atacando causas específicas para obter os efeitos desejados. Contudo, essa concepção se mostrou inconsistente e limitada como forma de explicar os processos sociais em face da sua complexidade e dinâmica.

O desenvolvimento local pensado atualmente se apóia nas modificações globais das últimas décadas do século XX que vai desde a nova concepção de Estado e sociedade, até a ECO 92, definida como um encontro mundial para discutir os problemas ecológicos produzido pelo atual modelo de desenvolvimento. Outra novidade nesse novo paradigma consiste em pensar de forma sistêmica, elaborar uma metodologia que possa dar conta da complexidade da conjuntura social, ou seja, poder investir em uma iniciativa econômica que possa gerar emprego mas ao mesmo tempo capaz de preservar o meio ambiente. A idéia de cooperação e cooperatividade também são atuais, pois qualquer empreendimento sem esses elementos desembocaria inevitavelmente na concentração e acumulação individual de riquezas gerando crescimento sem desenvolvimento (FRANCO, 2002).

Outro aspecto a ser trabalhado é a velocidade da comunicação. A sociedade em rede aparece como idéia de que as tecnologias da comunicação e informação são capazes de interligar as diferentes localidades aos acontecimentos globais, funcionando também como um canal que permite a troca de experiências, informações e a unificação de posições políticas

em comum fortalecendo assim sua representatividade junto ao poder público e outros setores da sociedade.

A idéia de estreitar relações entre política e desenvolvimento também fazem parte dessa nova visão. Trabalhar a politização das pessoas envolvidas na comunidade local a fim de assumirem um papel crítico nas decisões do Estado para a localidade. Nessa direção o desenvolvimento local constitui uma estratégia que prevê a adoção de métodos participativos, mobilizando a participação popular e outros recursos da sociedade civil em parceria com o Estado (os três níveis de governo), o mercado para realizar o diagnóstico de cada localidade identificando seus potenciais e vocação traçando metas de desenvolvimento (FRANCO, 2002).

Nesse sentido, a diferença do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da perspectiva anterior está na idéia de investir em um programa político que incentiva a participação dos atores locais na agenda política municipal e federal. Estimula a participação entre as pessoas, à comunicação horizontal tornando as decisões mais democráticas, introduzindo uma visão de que desenvolvimento não está ligado apenas ao suprimento de necessidades materiais e de serviços indispensáveis a população, mas também, a dimensão humana, subjetiva, que inclui o sentimento de bem estar, de solidariedade, de igualdade de direitos entre as pessoas e oportunidades sociais, como item importante para a *o desenvolvimento humano*.

No entanto é preciso pensar que perceber o desenvolvimento no âmbito do bem estar, na qualidade das relações afetivas entre a comunidade, consiste em considerar que fatores históricos têm forte contribuição no aprofundamento das desigualdades sociais. No caso da sociedade brasileira esses fatores estão representados por categorias de Gênero, Região e Raça. Nesse sentido o conceito de desenvolvimento humano parece fornecer uma visão mais ampla de uma perspectiva de desenvolvimento social integrado que leva em consideração as particularidades a nível nacional.

O desenvolvimento humano é uma perspectiva que aparece no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. Esse programa resulta do compromisso assumido pelos líderes mundiais de atingir os objetivos do milênio. Suas principais metas de desenvolvimento para 2015 são, a erradicação da pobreza e da fome, a universalização do acesso a educação primária, a promoção da igualdade entre gêneros, o pleno exercício da cidadania da mulher, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna, o combate ao HIV/ AIDS, malária e outras doenças, bem como, a promoção da sustentabilidade ambiental.

Em 1990, o PNUD introduziu universalmente o conceito sobre o desenvolvimento das nações “o Desenvolvimento Humano Sustentável” DHS. Esse conceito defende e promove a adoção de Políticas Públicas que consideram as pessoas e não a acumulação de riquezas o próprio final do desenvolvimento. Seus princípios são, o desenvolvimento das pessoas por meio da ampliação das capacidades, oportunidades, potencialidades criativas e direitos individuais. O desenvolvimento para as pessoas, considerando que a riqueza produzida por uma nação seja apropriada equitativamente por cada um de seus membros. O desenvolvimento pelas pessoas, através da participação ativa dos indivíduos e das comunidades na definição do processo de desenvolvimento do qual são, ao mesmo tempo sujeitos e beneficiários (PINUD, 2002).

Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH. O IDH é um indicador elaborado pelo PNUD para medir o nível de desenvolvimento de uma sociedade onde são levados em consideração o Produto Interno Bruto PIB, ou seja, o somatório de riquezas produzidas pelo país, mais os critérios de longevidade e educação, considerados como dimensões essenciais a vida humana. O conceito de desenvolvimento humano sustentável surgiu no cenário nacional em 1996, quando foi produzido o primeiro relatório de desenvolvimento humano brasileiro, que revelou os desafios a serem enfrentados pelo país no combate a pobreza, a desigualdade e na melhoria da situação do meio ambiente, da governabilidade e dos serviços de saúde e educação (PNUD, 2002).

Em 1998, o PNUD lançou o primeiro Atlas do desenvolvimento humano do Brasil fornecendo a sociedade uma ferramenta inovadora para desenhar e programar Políticas Públicas, ajudando a identificar as regiões, localidades e grupos que possuem o menor IDH. Como resultados foram identificados, as Regiões Norte e Nordeste com menor índice de desenvolvimento, as mulheres como grupo e categoria por gênero com menos acesso a educação e oportunidades sociais, a cor negra como grupo e categoria por raça que possui o menor IDH. Esses dados são relevantes por demonstrar no cenário nacional que a mulher negra, nordestina ou nortista constitui o grupo de menor IDH brasileiro sendo o alvo principal dos processos de exclusão social (PINUD 2002).

Nesse sentido a perspectiva levantada sobre o desenvolvimento local integrando as dimensões do DHS parece apresentar uma visão mais ampla sobre as questões de desenvolvimento, por considerar que grupos e regiões específicas possuem uma fragilidade maior aos processos de exclusão e desse modo precisam de uma atenção específica das Políticas Públicas focadas no desenvolvimento local. Outro aspecto, é que a educação como

critério para aferir o IDH demonstra como os processos educativos funcionam como vetores de desenvolvimento que atendem a dimensão humana.

Nessa perspectiva, as ONGs que trabalham como entidades de assessoria em camadas de baixa renda, possuem um papel importante na perspectiva do desenvolvimento local e extensão rural., pela capacidade de articulação com outros setores, que possam impulsionar políticas que gerem desenvolvimento para a localidade. Essa articulação tem sido pensada no âmbito da concertação social, como foi mencionada no momento anterior deste capítulo, dando ênfase a soma de esforços dos diferentes atores sociais para uma proposta conjunta que objetive melhorar as condições de vida das pessoas de uma determinada localidade.

Outro aspecto, é que o perfil das ONGs atuais fazem parte de um conjunto de mudanças das esferas política e econômicas a nível nacional e mundial, e a função de trabalhar junto as camadas sociais populares que estão localizadas no espaço urbano e em grande proporção nas áreas rurais, vem exatamente, no intuito de minimizar os efeitos nocivos da ausência do Estado com relação ao bem estar social. Assim as ONGs constituem entidades que na perspectiva do desenvolvimento local são pontos estratégicos para pensar em propostas coletivas de desenvolvimento ligadas aos espaços rurais. É importante destacar também que o tempo de existência de algumas ONGs instaladas nos contextos populares, atribui a essas entidades uma influência significativa nas ações locais, muitas vezes, por terem participado de acontecimento relevantes para a história local construindo uma vínculo de confiança com a comunidade.

Pensar esse processo via acesso à educação-não formal constitui uma perspectiva levantada nesse trabalho. É um conceito que demonstra uma modalidade educativa que está focada na construção da cidadania e da participação social como será descrito no próximo capítulo, representados por ONGs que funcionam como organizações com um trabalho educativo junto à comunidade local, voltados, para formação política cidadã, para a desconstrução das questões históricas de gênero e para o empoderamento político da população.

CAPÍTULO 4

AÇÕES EDUCATIVAS DO CENTRO DAS MULHERES DE VITÓRIA E O EMPODERAMENTO DOS JOVENS DE PIRITÚBA

O CMV com vinte anos de atuação no município de Vitória de Santo Antão, hoje trabalha como Entidade de Assessoria voltada basicamente para o empreendimento de ações na área de educação, saúde e geração de renda. De acordo com a discussão teórica sobre as mudanças nas ONGs ao longo do tempo, tratar desses temas junto à população local onde estão instaladas representa em grande parte o papel das ONGs na atualidade.

O Projeto Educar compõe uma das principais linhas de ação do CMV que se propõe através do grupo de jovens que acompanha construir uma nova postura crítica nas pessoas que constituem as comunidades periféricas do município. Essa postura, diz respeito ao esclarecimento político dos cidadãos sobre direitos de participação e reivindicação no que se refere ao envolvimento do poder público na resolução de questões importantes para a comunidade como, saúde, educação, e melhorias na infra-estrutura local promovendo mais informação e acesso as pessoas.

Como foi proposto nos aspectos metodológicos da pesquisa tomou-se as falas de nove jovens da comunidade de Pirituba que são envolvidos com o Projeto Educar no seu percurso de quatro anos de funcionamento como referente à análise da relação entre práticas pedagógicas e desenvolvimento humano como vetor de desenvolvimento local.

Como referencial teórico metodológico esse trabalho combinou as concepções sobre o papel da educação nos seus diferentes enfoques (Althusser, 1918, Foucault, 1975, Bourdieu, 2005 e Paulo Freire, 1977), assim como os estudos sobre *empoderamento* e Movimentos Sociais (Gohn ano, 2006, Rossi Horochovski, 2006). Sobre desenvolvimento local foram utilizados conceitos (Jará, 1998, Franco 2002 e Pires 2003). No que se refere às ONGs foram consultados os escritos de (Warren,1993, Durão, 2005 e Buarque,2001). Na perspectiva de gênero foi consultado (Scott, 1996). Sobre o desenvolvimento humano foi utilizado (PNUD, 2002). A pesquisa buscou com auxílio dessas concepções teóricas, particularmente a concepção que entende o empoderamento na perspectiva progressista, da emancipação política refletir sobre os depoimentos dos jovens buscando as questões que dizem respeito à organização comunitária, as articulações, ao empoderamento político e de gênero, uma vez que, a orientação do CMV, nasceu a partir da necessidade de intervir sobre essas questões numa perspectiva Feminista.

Ao analisar as falas dos jovens tornou-se relevante a questão de gênero por identificar durante o processo diferenças na forma de apropriação dos conteúdos trabalhados pelo CMV, assim como no modo de repassar os conhecimentos adquiridos. Por isso cada fala virá acompanhada da informação de M em caso masculino ou F em caso feminino, pois a faixa etária não mostrou ser muito relevante em termos de opinião.

A intenção da pergunta foi captar o momento em que o CMV aparece como referência, foi entender a assimilação pelos jovens dos temas e conteúdos trabalhados pelo CMV, bem como, analisar a relação que fazem entre esses temas e os aspectos da vida cotidiana.

Na fala de alguns jovens sobre o CMV aparece como referência uma visão crítica sobre o dia a dia, os diferentes espaços sociais como a escola, o questionamento sobre a falta de professores, os problemas de organização espacial no ambiente escolar. Esses elementos aparecem como sinais de que isso decorre de um problema de administração pública, de questões políticas que precisam ser discutidas e reivindicadas. A percepção sobre o processo político parece adquirir um espaço de reflexão maior do que antes, quando o assunto tinha relevância apenas nos períodos de campanha através do horário eleitoral obrigatório apresentado na mídia e não como algo relevante e significativo para os jovens.

“Se a gente prestar à atenção a política não é só o que eles dizem na fase de eleição, um diz que vai fazer isso, outro diz que vai fazer aquilo e ninguém faz nada. E a nossa comunidade vai ficando assim largada. Minha escola mesmo, já faz um ano que não tem professora de português, isso é falta de política na escola, porque o prefeito não coloca gente pra ensinar, se não tem faz concurso, e não é só aqui não meu colega estuda no centro e é a mesma coisa e se a gente não reclamar eles vão empurrando com a barriga ai vai ficando assim.” (M)

Outro aspecto importante em alguns depoimentos, é que além demonstrar uma visão mais crítica sobre a temática política também foi observada uma relação entre os trabalhos do CMV e o interesse por continuar os estudos formais. O CMV trabalha não só conteúdos históricos, que ajudam os jovens estabelecer uma relação com a situação atual, mas também a percepção sobre discriminação e a privação de direitos. Esse aspecto confere relevância e estímulo para que jovens possam dar continuidade aos estudos e possam apreender mais. Esse fato sinaliza uma influência dos trabalhos do CMV no empoderamento em nível intrapessoal, aumentando a auto-estima dos educandos fazendo com que esses se sintam capazes de ter uma projeção do futuro diferente da situação em que se encontram hoje.

Essa percepção crítica sobre o papel das políticas públicas ou mesmo sobre a importância da temática política aparece nas falas tanto dos homens como das mulheres. A apropriação por gênero parece ser semelhante nessa temática trabalhada pelo CMV.

“No dia a dia principalmente na escola, porque ali eu vejo como a gente pode aprender mais sobre os direitos, a gente conversa muito na matéria de história. Aqui no centro, eu fiz um curso sobre os direitos do trabalhador que não são respeitados. Na aula a gente fala disso com o professor, porque aqui na zona rural mesmo a maioria das pessoas que trabalha prus outros não tem carteira assinada”. (F)

Algumas falas demonstram uma relação com os trabalhos do CMV como suporte para a elaboração de questões de auto-imagem, confiança em si mesmo, demonstrando como na interação com o CMV ficou fortalecida a confiança no que são capazes de fazer em favor de si mesmo e do grupo ao qual pertencem. Isso diz respeito tanto a uma possibilidade de projetar um futuro pessoal promissor, escolhendo com mais confiança alguma profissão, quanto dirigidas aos problemas comunitários, como participantes de fato nas decisões locais. Contudo, a ênfase nas falas é mais relevante para com as questões da auto-estima e do empoderamento intrapessoal como algo que antecede as questões coletivas que envolvem a comunidade e o bem estar de todos.

O interesse em estimular a participação de outros jovens em Pirituba se torna algo significativo com o melhoramento do estado psicológico individual dos jovens.

“Eu lembro do centro quando eu comecei a fazer parte das reuniões com os jovens aqui em Pirituba, e falei pra Mary que não estava conseguindo falar em público, e ela me disse que eu tinha que criar coragem para conscientizar meus amigos e pra eles acreditarem no que eu to dizendo né, aí depois comecei a me soltar mais e falar mais. Depois até algumas pessoas me procuram dizendo que estão interessadas e querem saber mais sobre o assunto”. (M).

Em alguns depoimentos, os trabalhos do CMV também aparecem como referência às questões de gênero (em destaque a gravidez na adolescência ou a violência), que revela ser um fato ainda comum nos contextos populares. Dessa forma há uma identificação dos jovens com as idéias discutidas no CMV. Gênero está mais facilmente identificado nas falas das mulheres através da relação que fazem com o cotidiano, com cenas de violência que são reproduzidas no Bairro e na própria família.

Para Scott (1996), gênero é um conceito que precisa ser discutido a partir das relações de poder historicamente constituídas e que caracteriza a dominação do gênero masculino sobre o feminino. Assim é possível explicar porque a mulher se identifica facilmente com as situações de violência de gênero que acontecem na comunidade onde vive. Esse fato evidencia que as ações de violência ainda são reproduzidas de forma massificada nessas áreas.

Essas observações levantam a indagação sobre os resultados práticos do trabalho do CMV na temática de gênero, levando em consideração que a perspectiva Feminista foi o fundamento que inclusive motivou a criação do CMV, mas na prática parece que nenhuma mudança significativa ocorreu. Entretanto, essas dificuldades de mudança podem ser explicadas por vários fatores, entre eles estão fatores históricos, que demonstram uma lentidão no processo de mudança e conjuntura, que dizem respeito aos recursos humanos e financeiros que as ONGs tem para desenvolver seus trabalhos.

“Eu tenho pensado muito na gravidez, em Pirituba, eu tenho duas amigas que estão grávidas, uma tem a minha idade, 18 anos a outra é mais nova ainda. O pai de uma está desempregado, é muito complicado todo dia tem uma confusão na casa dela, e ela vive dizendo que não sabe como vai ser porque querendo ou não é uma boca a mais dentro de casa. No centro a gente tá sempre conversando sobre isso, então tem ficado muito forte na minha cabeça essa coisa de se cuidar, cuidar da saúde”. (F)

As temáticas sobre a discriminação de gênero e o preconceito racial aparecem nas falas como fatos do cotidiano que localizam os trabalhos do CMV no dia a dia e nos afazeres diários de alguns jovens junto à comunidade. A junção do preconceito de gênero com o de raça aparece como possuindo uma íntima relação, e que fortalece a discriminação. Contudo, esse depoimento aparece como constatação sobre a discriminação como um fato social relevante sem o acompanhamento de posturas e atitudes que confirmem um movimento de mudança em nível coletivo.

Segundo o PNUD (2002), foi possível localizar por gênero, raça e região o grupo que possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano-IDH. Como resultado as mulheres nordestinas e negras compõe o grupo mais atingido pelos processos de exclusão social em nível de Brasil. Esse dado demonstra como a discriminação por raça e gênero aparece associado quando são percebidos no cotidiano pelas pessoas, demonstra também a importância de incluir o desenvolvimento humano na perspectiva de discutir o desenvolvimento local.

“Eu lembro de coisas que acontece lá na rua onde eu moro, as pessoas falam que não tem preconceito porque é negro, porque é mulher, mas minha cunhada mesmo chamou minha irmã de macaca quando ela falava que ia se inscrever pra ser promotor no supermercado, então as pessoas falam que não tem preconceito pela frente, mas na minha própria família eu vejo isso direto.” (F)

Entretanto, também foi observado que as questões de gênero como a discriminação da mulher também esteve presente no discurso de jovens do sexo masculino. Uma observação interessante, é que embora não sejam os homens vítimas direta dos efeitos da discriminação de gênero, as falas demonstram certo grau de envolvimento nessa questão motivando atitudes práticas que ajudam a transformar essa realidade quando percebida no cotidiano.

“Eu vejo muito na comunidade a discriminação da mulher, minha vizinha já apanhou do marido dela, ele bateu nela de vara de pescar umas duas vezes, na segunda vez eu fui lá falei com ele e disse que isso é crime é violência que pode da polícia. E isso porque ela tava vendendo natura lá na comunidade, e quem vende tem que bater na casa das pessoas pra oferecer as coisas, então ele não gostou e agrediu ela”. (M)

Nesse sentido foi observado que os temas trabalhados no CMV com os jovens, repercutem no dia a dia da comunidade em nível de reflexão sobre os temas, sobre a violência, a discriminação, no que se refere às questões sócias de discriminação de gênero, raça, bem como, em temas que envolvem a administração pública, como a falta de intervenção do governo local para auxiliar na resolução dessa problemática.

Para Rossi (2006), o empoderamento intrapessoal, é uma categoria do empoderamento onde a elevação da auto-estima também é observada, fazendo com que alguns jovens possam definir metas de futuro como continuar os estudos e buscar uma identidade profissional. Contudo, é necessário analisar em que medida essas reflexões que são feitas da realidade produzem não só um a organização do pensamento sobre os fatos, mas também uma intervenção, uma atitude concreta na comunidade onde moram, de um empoderamento ligado as questões coletivas e não apenas individuais, incentivando a reflexão e posturas de outras pessoas que possam realizar mudanças se identificando com outras que pensam e querem agir da mesma forma.

A pergunta teve como propósito analisar como os jovens entendem seu papel na comunidade com relação a temas ligados a política, a igualdade de gênero e a conquista de direitos.

“Na comunidade a gente tem tentado organizar todo mundo. O centro ajuda a gente a ver o que a gente ta precisando pra melhorar. No ano passado, a gente foi à câmara de vereadores reivindicar sobre a reforma da escola municipal, a sala de aula sem professor, sem cadeira, sem bebedouro, estava precária e fomos junto com o centro que nos apoiou, nos ajuda a fazer cartazes, a falar na rádio pra ser divulgado, ver quem vai falar em público, aí a gente vê quem fala melhor, porque em todo mundo sabe falar. Isso é importante, porque se a escola é pra gente, nós é que temos que reivindicar”. (M).

Para Gohn (2004), existe uma modalidade de empoderamento trabalhado por grupos de assessoria que atuam numa perspectiva progressista. Essa perspectiva tem como objetivo principal fortalecer os contextos populares tornando o grupo mais reivindicativo, crítico sobre os processos sociais e as estâncias políticas. Na comunidade alguns temas como a situação da escola municipal parece ter produzido nos jovens atitudes de empoderamento e organização do grupo.

É interessante observar, que o CMV teve um papel significativo na organização do processo, tanto de apoio a iniciativa de reivindicar melhorias, como na produção de cartazes,

de apontar quem entre eles tem melhor desenvoltura em público, que meio de comunicação deve ser acionado para dar visibilidade ao evento. Desse modo, fica observado que apesar de terem demonstrado atitudes mais empoderadas, o CMV esteve presente em todas as etapas do processo, sem deixar claro, se a organização dessas ações poderia acontecer independente da sua intervenção.

Nesse sentido foi observado como importante apoio do CMV aos trabalhos dos jovens para que esses adquiram consistência nas suas atividades. Uma questão importante para reflexão é pensar sobre os limites do CMV nos trabalhos de assessoria aos jovens em Pirituba, colocando como contra partida a necessidade de ações que possam estimular a autonomia do grupo, para que os jovens junto à comunidade local possam articular suas próprias idéias e formas de organização. Esse caminho parece ser indispensável para que as ONGs cumpram o seu papel na assessoria de camadas populares, caso contrário estarão reproduzindo o comportamento que foi mantido pelas políticas públicas e fortemente criticados pelos cientistas sociais, que é o prejuízo para a sociedade que representam ações assistencialista alimentando a dependência das camadas populares em relação ao Governo.

“Olha pra incentivar os meninos pra ir pra reunião na associação é difícil, porque fora Carlo, Josué e Ivânio, que frequenta o centro a muito tempo, nós é que temos contato com os jovens final de semana e na quarta quando tem o encontro. Eu aproveito sempre na escola, porque lá a gente aprende coisas importantes na matéria de história, eu vejo que os meninos prestam mais atenção no assunto e aproveito pra falar que a gente tem que se juntar porquê quanto mais gente for , mas chance a gente tem de conseguir as coisas. A gora mesmo tem o “Pro Jovem” que alguns meninos aqui de Piritúba estão participando, e um curso de sapateiro e macânico pra vir pra Pirituba, mas não veio nenhum, quando nós fomos no começo do ano com o centro, e o pessoal de Carpina e Paudalho, falar com o Secretário no Recife,só eu e Ivânio foi’. (F).

Nesse depoimento, se destaca o fato de que alguns jovens por possuírem um acompanhamento mais duradouro do CMV, têm concepções mais consistentes sobre as questões políticas e os benefícios que podem ser adquiridos para a comunidade através da reivindicação organizada. Entretanto existem dificuldades na organização da comunidade e na mobilização de uma parte dos mesmos, como se eles não acreditassem numa proposta de mudança em médio prazo, ficando muito envolvidos com as necessidades imediatas do dia a dia.

Outro aspecto que mereceu destaque, é que as mobilizações que envolvem os jovens e o CMV, acontecem dentro de um conjunto de estratégias, como articular a presença de membros de outras ONGs que possuem objetivos parecidos, somando assim forças para a reivindicação e fortalecendo o empoderamento do grupo. Buscar o apoio dos veículos de

comunicação, que possam noticiar pela rádio ou pela televisão o acontecimento do evento. Essa estratégia aparece como uma característica do CMV, que segundo depoimentos tem acompanhado as suas mais importantes ações desde a sua Fundação.

“O que eu percebi desde a fundação quando conseguimos fazer uma grande articulação, com o Centro das Mulheres do Cabo, A associação de mulheres de Carpina, é que o crescimento do centro depende das articulações que conseguimos fazer, por que uma grande mobilização dá visibilidade e força ao nosso trabalho, mostra a importância para a sociedade, assim conseguimos ter mais respeito até pelos políticos. Agora o que tem sido sempre preocupante pra nós é a questão do financiamento para as capacitações, é sempre muito difícil encontrar um apoio permanente.” Depoente G 55 anos sócia fundadora.

Segundo esse relato, foi possível observar que a capacidade de comunicação desenvolvida pelo CMV tem sido um ponto importante na projeção e ampliação seus trabalhos, no sentido da visibilidade a sua causa com o apoio de outras organizações. Esse aspecto pode sinalizar um ambiente favorável ao desenvolvimento local no sentido de estabelecer uma rede de comunicação horizontal através de relações mais solidárias com outras ONGs que se identificam com os propósitos do CMV.

Na visão de Pires (2003), a formação de parcerias e as articulações são ferramentas para discutir e tentar viabilizar o desenvolvimento local, pois nenhum setor isolado da sociedade pode sozinho executar com êxito esse trabalho em localidades que precisam de suporte para o seu desenvolvimento. Esse dado destaca as articulações do CMV como importantes quando pensadas em termos de estratégias que buscam o desenvolvimento local. Contudo é preciso dizer que as articulações e parcerias precisam envolver todos os atores da sociedade civil organizada o que não se limita apenas as ONGs que compartilham com os mesmos objetivos do CMV, mas também o setor público, privado e outros atores da sociedade civil.

Para Jara (1998), a participação e a visão crítica sobre o mundo constituem elementos indispensáveis na caracterização do local, portanto, esses elementos devem ser levados em consideração na formulação de políticas para o desenvolvimento. Entretanto o que se observa na prática é que a mudança de valores se dá de maneira lenta onde o individual é primeiramente modificado estimulando em seguida ações coletivas.

Contudo, é importante lembrar que os jovens constituem o grupo através do qual o CMV pretende alcançar seus objetivos, incentivando uma geração cuja consciência crítica possa, por meio da organização ter atitudes mais empoderadas, e com isso poder transformar ou fazer diferente em comparação com a geração atual. Para que isso se concretize, é preciso

que esses jovens assumam também autonomia com relação às articulações e liderança para que a construção de uma pauta reivindicatória, bem como, as estratégias de mobilização não estejam na dependência contínua das principais lideranças do CMV para que aconteçam.

A intensão da pergunta foi analisar como se constitui o processo de organização dos jovens na comunidade verificando se a pauta para discussões políticas assumiu lugar de destaque nesse processo.

“A gente tá sempre tentando reunir todo mundo, mas não é fácil porque a gente estuda e um dos meninos trabalha para ajudar em casa também. A gente prefere se comunicar na escola e na associação de Pirituba, porque lá é mais certo de encontrar todo mundo. E na associação ainda é melhor porque eles vão com os pais as vezes que dão mais apoio ao que agente quer reivindicar porque interessa a eles também” (F)

Nesse depoimento foi percebido que o processo de organização dos jovens acontece de forma estratégica. Os ambientes constituem locais onde eles podem ficar mais tempo juntos discutindo assuntos de interesse de todos. Também chama atenção o fato de que a Associação de Moradores de Pirituba serve como ponto importante para informar e adquirir apoio sobre as questões que são levantadas até porque a associação representa um lugar específico para debater temas de natureza política.

“Eu acho que ajudar a incentivar a outros jovens como eu a não ficar calado, a gente se junta no colégio as vezes, na associação eu vejo mais os meninos aí a gente conversa sobre as coisas que estão acontecendo aqui em Pirituba. Uma coisa que revoltou a comunidade foi a cunhada de um amigo nosso que apanhou tanto do marido que foi para o hospital, todo mundo falou desse caso, na associação a gente se reuniu e decidiu levar o caso para o CMV pra falar com a doutora Antônia”(M)

Nesse depoimento foi verificado a existência de propósitos políticos relacionados à organização dos jovens. Entretanto, é preciso assinalar que a Associação de Moradores de Pirituba representa um ponto de fortalecimento da discussão ou mesmo de definição de ações que merecem ter continuidade e seguir a diante como motivo de reivindicação. Esse aspecto parece apresentar por um lado que a Associação de Moradores de Pirituba constitui um ponto importante para a comunidade no sentido de buscar melhorias, Por outro lado é preciso pensar até que ponto a leitura crítica dos jovens sobre as questões políticas estão subordinados as decisões dos associados que representam os pais de muitos jovens que estão envolvidos no processo. Entre as diferenças de gênero não foi observado nenhum contraste significativo

sobre o interesse em colocar os assuntos políticos como pauta principal nas discussões da Associação.

A intensão da pergunta foi analisar em que medida as ações dos jovens sob intervenção do CMV produzem atitudes mais concretas que podem ser entendidas como ações de empoderamento.

“Na comunidade eu e outras pessoas estamos sempre tentando organizar todo mundo. Teve um problema aqui na minha comunidade já faz um tempo. Aqui não tinha orelhão e a gente ficou sem ter como se comunicar com ninguém. Só tinha um e quebrou já faz tempo. Eu fui na Associação com Ivânio, no dia da reunião, a gente falou e conseguimos um abaixo assinado. Muita gente na comunidade assinou e levou na Prefeitura. Quando chegou lá disseram que não era lá eu sei que isso ainda rendeu um tempo, mas resolveu. Eu acho que se ninguém tivesse feito nada a situação ainda tava assim”.(F).

Para Rossi (2006), empoderamento significa que as pessoas através da participação têm poder de influência nas questões que afetam diretamente suas vidas. Um aspecto importante nesse depoimento, é que estabelecer uma atitude em conjunto com a Associação compartilhando o problema, incentivando e buscando solução reflete uma postura de empoderamento e autonomia, por acreditar que a comunidade é capaz de resolver o problema com um certo nível de organização. Outro ponto, é que a dificuldade sendo coletiva estimula a identificação da comunidade sobre o problema que precisa ser resolvido fazendo com que as pessoas se reúnam para esse objetivo. Entretanto, é preciso pontuar que algumas dessas ações reivindicadas não recebem o monitoramento sistemático dos jovens e dos moradores de Pirituba no que se refere à resolução do problema junto ao poder municipal. Essa falta de planejamento demonstra falha no trabalho de organização e por consequência nos trabalhos do CMV que tem como finalidade principal preparar os jovens para uma atuação mais participativa nas questões locais.

“A nossa comunidade é muito carante, o prefeito não faz nada pra melhorar a situação da gente aqui em Pirituba. Mas tem coisas que a gente não pode admitir como o lixo. O carro do lixo passou mais de dois meses sem passar aqui na comunidade. Quando teve reunião na Associação eu fui junto e até na prefeitura falar com o prefeito. Na outra semana o carro começou a entrar na comunidade pra pegar o lixo, mas de vez em quando ainda tem esse problema.” (M).

Para Franco (2002), trabalhar a politização das pessoas envolvidas na comunidade no sentido de manifestarem um posicionamento crítico frente às ações do Estado, constitui um elemento importante para uma estratégia de desenvolvimento. Nesse depoimento foi

observado uma iniciativa dos jovens em participar de questões que prejudicam a comunidade, bem como, uma clareza de que nesse caso se tratam de serviços essenciais à comunidade e obrigação da administração pública solucioná-los. Outro ponto é que esse fato demonstra como o próprio jovem assume uma postura de envolvimento com as questões locais participando inclusive das resoluções tratadas pela Associação de Moradores. Esse depoimento revela posturas mais empoderadas no âmbito da organização política. Sobre as atitudes de empoderamento político não houve contraste de atuação a partir do gênero. Ambos os sexos mostraram uma equivalência de posturas no que diz respeito a comportamentos políticos colocados aqui como atitudes de empoderamento.

Nas questões de gênero a percepção de atitudes que podem ser entendidas como práticas de empoderamento flutuam marcando diferenças entre o comportamento dos homens e mulheres frente a essa questão.

“O que me maxeu muito comigo nesse assunto de violência contra a mulher , foi no ano passado, foi quando uma amiga minha da escola, engravidou e o pai dela disse que não ia ficar com filha mulher grávida em casa. O namorado dela nem queria conversa com ela. Um dia ela tava chorando e eu perguntei se ela tinha tirado o menino porque eu pensei que era por isso que ela tava chorando, mas não, ela disse que tava chorando porque o namorado dela não queria saber dela, mesmo sabendo que ela não tava mais grávida. Eu fico olhando esse exemplo e digo que não quero isso para o meu futuro sic.” (F).

Nesse relato, foi observada uma leitura crítica com relação à discriminação de gênero vivida pela figura masculina que nem sempre é a figura parceiro, mas também, do pai e dos irmãos. No entanto, o que contem nesse depoimento é uma reflexão individual sobre a discriminação de gênero como uma experiência que a jovem não quer reproduzir na sua própria história. O que não está presente é uma intervenção objetiva, concreta que pode ser traduzida numa fala ou atitude junto à pessoa discriminada ou a um grupo de pessoas, gerando um resultado maior sobre essas questões históricas que precisam ser modificadas. Essas atitudes sim podem ser consideradas como um processo de empoderamento ligado ao desenvolvimento humano e, portanto ao desenvolvimento local.

“Essa coisa da discriminação da mulher é muito forte lá em Pirituba, todo mundo fala que é briga de família e os outros não tem que se meter. Muita gente usa essa desculpa, mas a irmã de sandro vive apanhando do cunhado dele, pronto, a semana passada teve uma briga lá e no outro dia a menina foi para o Hospital, voltou com o braço quebrado, ele quebrou o braço dela. A gente foi na associação e falamos o que tava acontecendo, que era melhor levar ela para o centro, então a gente trouxe ela para o centro pra falar com doutora Antonia, ela foi a delegacia mas eu não sei o que deu”. (M).

Nesse relato, já foi possível identificar uma atitude mais concreta com relação à discriminação de gênero e seus diferentes desdobramentos como a violência física e moral. Nesse sentido foi observado um grau de envolvimento de alguns jovens que percebem a questão de gênero, não como um fator ligado apenas à mulher, mas como um fato social, coletivo, de privação de direitos que atinge a todos e que a própria comunidade deve tomar uma atitude em conjunto para resolver a situação. Esse fato destaca um envolvimento dos homens

Segundo o PUND (2002), suas principais intenções consistem em garantir condições essenciais para a pessoa humana. Dessa forma o IDH foi um mecanismo criado não apenas para aferir o desenvolvimento humano delimitando para a sociedade os grupos sociais mais fragilizados, mas também para servir de instrumento para que as políticas públicas possam gerir seus recursos e programar ações específicas que conseguiram transformar essa realidade.

Esse depoimento revela um contexto de violência e atinge diretamente a pessoa humana e que está representada nessa pesquisa através das relações de gênero. Nesse sentido parece que mesmo o CMV tendo vinte anos de trabalho educativo voltado para combater entre outros fatores a questão da violência de gênero, poucos resultados foram conquistados até o momento. É preciso dizer que uma ONG instalada no município com objetivos de reduzir algumas desigualdades sociais, independente do tempo de existência não é capaz de operacionalizar mudanças sem o suporte do poder público, esteja esse representado pela esfera municipal, estadual ou federal inclusive por ser do Estado a responsabilidade histórica de promover o bem estar social.

Contudo se Jará (1998), considera as relações sócias como característica do local, essa dimensão não pode ser esquecida por qualquer iniciativa que objetive promover mudanças em camadas populares. Nesse sentido o CMV enquanto ONG parece ter fornecido alguma contribuição, por utilizar particularmente à educação como ferramenta para trabalhar as relações entre as pessoas e a comunidade no intuito de produzir melhorias com relação ao desenvolvimento humano como vetor para o desenvolvimento local.

CONCLUSÃO

Durante as análises da pesquisa foi observado que as interferências do CMV, no processo de empoderamento com vistas ao desenvolvimento local se deram em várias direções. A princípio foi identificado que houve influências do CMV para a constituição de um empoderamento intrapessoal, refletido no aumento da auto-estima e da motivação pessoal. Esse foi um aspecto relevante nas falas de alguns jovens. Começar a perceber a si mesmo com capacidade de executar um papel importante na comunidade, cogitando a possibilidade de continuar os estudos, de adquirir uma profissão, de falar em público, bem como, repassar a informações que receberam para outras pessoas. Esse dado, também foi percebido na importância que alguns jovens atribuíram ao aprendizado que estão construindo no CMV, na aquisição de novas habilidades, novos papéis, funcionando também como motivação para trabalhar á frente de questões diretamente ligadas à comunidade.

Esse melhoramento do estado psicológico dos jovens que são acompanhados pelo CMV, se torna um elemento essencial para o empoderamento de outros aspectos da vida, como a organização política para a reivindicação e conquista de direitos. Esses aspectos podem ser considerados como vetores do desenvolvimento humano podendo fortalecer ações em direção ao desenvolvimento local. A motivação individual das pessoas pode propiciar o desenvolvimento de lideranças na comunidade capazes de incentivar a participação coletiva e organizada constituindo um elemento fundamental para que a comunidade tenha clareza sobre o precisa ser feito para melhorar suas condições de vida.

Esse elemento ligado ao empoderamento intrapessoal, contempla a dimensão humana do desenvolvimento. A escolarização das pessoas, a consciência individual dos direitos, assim como, o discernimento dos processos históricos que explicam as desigualdades confere ao individuo mais autonomia sobre as escolhas que pretende fazer na vida. Entretanto, é preciso dizer que a mudança de percepção não significa mudança de atitude. Esse processo acontece de forma lenta, onde elementos de resistência na comunidade e nos jovens foram observados demonstrando contradições entre a teoria e a prática. Algumas atitudes individuais de mudança muitas vezes esbarram na falta de comprometimento da própria comunidade e de outros jovens, que muitas vezes até concordam com a pauta de reivindicação, mas não assumem posturas de enfrentamento ao problema.

O que não significa que o bem estar individual das pessoas, a auto-estima, a motivação, não representem um dado importante para que um conjunto de pessoas se sinta motivadas e envolvidas em torno de um objetivo coletivo. Assim, uma organização coletiva nunca seria possível se a nível pessoal as pessoas não se sintam capazes de realizar mudanças acreditando assim no próprio potencial. Nesse âmbito, o desenvolvimento das pessoas está

indissociado do desenvolvimento local e do desenvolvimento da comunidade, pois qualquer processo ou organização que pretenda atingir esse objetivo é pensado, organizado e executado por pessoas.

No que refere ao empoderamento ligado às questões de gênero, aparecem nas falas tanto dos homens como das mulheres a constatação da discriminação, das relações de poder entre o gênero masculino sobre o feminino. Essas constatações são acompanhadas de certa inquietação e perplexidade, mas nem sempre de atitudes práticas que poderiam sinalizar aspectos de empoderamento.

As atitudes são fundamentais nesse processo, pois permite a passagem da teoria para a ação. Pois é na prática que os processos de mudança são possíveis. Entretanto o depoimento de alguns homens reflete algumas iniciativas de organização da comunidade, onde a questão da discriminação e da violência são levadas para uma instância coletiva para que assim alguma atitude possa ser tomada. Essas ações sinalizam um fortalecimento nas relações de solidariedade da comunidade, o que pode ser considerado um ponto importante para o desenvolvimento humano e local. A integração das pessoas em torno de interesses sociais e não individuais.

Outro ponto importante foi perceber que mesmo aquelas situações de violência, que não motivaram uma discussão no interior da comunidade foram acompanhadas de uma intervenção direta feita pelos homens entrevistados, que se deu através de falas dirigidas a mulheres vítimas de discriminação e violência fornecendo apoio e informação sobre as providências que podem ser tomadas para que essa realidade possa ser transformada. Esse aspecto ligado à dimensão humana individual diz respeito também às questões do desenvolvimento local, pois quando é incorporado pela comunidade passa a configurar um problema coletivo.

Nos depoimentos das mulheres também foi observado que havia uma relação entre as questões debatidas no CMV e o dia a dia na comunidade. A discriminação por gênero e raça eram as mais frequentes. Contudo, a reflexão girava em torno de fatos presenciados no cotidiano e que nenhuma das jovens individualmente queria reproduzir na sua história pessoal. Nesse caso parece que a discriminação não gerou um envolvimento coletivo, não foi entendida como uma questão da comunidade e sim da privacidade de cada um, como também, não promoveu uma intervenção objetiva que pode ser representada através de uma fala de incentivo, de atitudes de apoio ou ações que possam auxiliar na mudança desse quadro. Essa foi uma observação significativa no contexto da pesquisa, principalmente em função do CMV, se tratar de um à organização que teve desde a sua fundação os pressupostos feministas

de combater através da militância política as desigualdades de gênero que são percebidas de forma dramática no contexto rural.

No âmbito da cidadania e da organização política, foi identificado na fala de alguns jovens um envolvimento na comunidade, bem como, iniciativas que implicaram em reuniões na Associação de Moradores, até em pautas levadas para a prefeitura do município a fim de reivindicar e garantir o fornecimento de serviços essenciais para a comunidade deixando claro, que essa resolução é um compromisso do gestor público de garantir o cumprimento de direitos da comunidade.

Fatos como estes estabelecem uma relação com o desenvolvimento local, na medida em que se observam mobilizações da própria comunidade na resolução dos seus problemas e não numa postura passiva, submissa entendendo que os serviços promovidos pelo Município se prestam à assistência e não ao cumprimento de deveres que tem como contra partida a preservação dos direitos individuais e coletivos. Esse processo reflete um empoderamento voltado para a emancipação e autonomia política das pessoas envolvidas com as questões da comunidade, se apropriando do direito de reivindicar melhorias. Contudo essas ações foram pontuais, localizadas, pois não garantiram uma mudança de postura definitiva tanto na ação do município como nas ações dos jovens que não persistiram junto à comunidade e a administração pública.

O discurso das mulheres também apresentou um nível de motivação importante com iniciativas de mobilização e organização coletiva demonstrando posturas de empoderamento sinalizando certa autonomia e consciência sobre os direitos políticos que fazem parte do espaço coletivo. Nesse sentido, o empoderamento é percebido pelo aumento da participação das pessoas tomando posse dos problemas que afetam o seu cotidiano, como também, a qualidade de vida da comunidade. O aumento do nível de informação entre as pessoas é apresentado como possibilidade de adquirir mais autonomia e saber que caminhos devem percorrer para atingir seus objetivos.

Segundos essas considerações, é possível afirmar que o empoderamento que ocorre tanto em nível da organização política voltado para os interesses coletivos como o empoderamento intrapessoal, estando este relacionado com a auto-estima das mulheres que não estão submetidas às relações de poder historicamente estabelecidas, ou dos homens que passam a acreditar com mais consistência no futuro, podem funcionar como vetores para o desenvolvimento local, pois caminham na direção de tornar as relações sociais mais igualitárias e mais justas. Esses elementos são pressupostos do desenvolvimento humano incorporados ao desenvolvimento local

No que refere à postura de atuação do CMV como ONGs, foi observado que seu trabalho por está localizado numa área carente da zona rural, onde as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessas áreas são muito tímidas e subterrâneas, o CMV funciona como um ponto importante de articulação entre as iniciativas públicas de investimento, iniciativas privadas e organizações internacionais. Esse aspecto demonstra um ponto que precisa ser considerado de atuação do CMV com o desenvolvimento local, pois a credibilidade da ONGs junto à comunidade coloca a instituição com papel de mediação de alguns processos importantes para o desenvolvimento da comunidade como, auxiliar na participação de fóruns, na organização de manifestações políticas ou de algum empreendimento voltado para geração de renda.

Esse processo, diz respeito também aos trabalhos de articulação do CMV com outras entidades democráticas de diferentes municípios da zona rural e urbana que tem acontecido com intuito de projetar uma maior visibilidade às ações do CMV.

Um aspecto que dificulta o trabalho de ONGs que atuam nessas áreas diz respeito ao financiamento ou mesmo a captação de recursos para manter suas ações na comunidade. Pelas análises realizadas o CMV tem apresentado dificuldades na formulação de estratégias focadas na geração de renda da ONG, permanecendo na dependência do financiamento externo para execução dos seus trabalhos. Essa falta de autonomia financeira impossibilita uma ação mais duradoura da ONG em relação à comunidade, sobre tudo, por se tratar de mudanças sociais lentas que envolvem alcançar uma maior participação política das pessoas através do empoderamento.

Mais é preciso observar também, que o empoderamento é uma categoria complexa que envolve uma multiplicidade de indicadores mas que constitui um elemento importante para compreensão dos processos de desenvolvimento local.. Isso demonstra desafios mas também perspectivas para quem procura operacionalizar essas categorias em pesquisas empíricas. Contudo, tanto a teoria quanto a pesquisa tem mais utilidade quando nascem de um processo de colaboração da comunidade e seus cidadãos. As estratégias de desenvolvimento local precisam ser pensadas de forma a incluir sempre o emprego dessas categorias, pois as questões sobre o empoderamento, dizem respeito sobre tudo a o processo de motivação construído a partir das necessidades da própria comunidade em efetivar mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Luis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**, (AIE). Rio de Janeiro, Editora Graus, 02 Edição, pg. 77-79, 1918.

ATER-Política nacional de assistência técnica e extensão rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Brasília, maio, pg. 07. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, Editora Vozes, 07 edições, pg. 41-53. 2005.

BUARQUE, Cristina. Revista Trimestral de debate da FASE, anos 30, setembro/novembro de 2001. **90 ONGs no Brasil e a Questão de Gênero**, Cristina Buarque & Semira Vainsencher, Fundação Joaquim Nabuco, instituto de pesquisas sociais. N 123/2001, Recife, pg. 05-18., 2001.

JARÁ, Júlio Carlos. **Desenvolvimento local Comunitário: passando do despoderamento para o grito de liberdade**, IICA, Prorural, Pernambuco, março, pg. 14-17.1998.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo, Editora. Paz e Terra, pg.23-24, 2001.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina**. São Paulo, Editora Brasiliense, 01 Edição, pg.37,1987.

CMV, Centro das Mulheres de Vitória. **Cartilha do Curso Básico de Direitos**, Articulação das Mulheres da Zona da Mata, /PE, 2005.

CMV, Centro das Mulheres de Vitória. **Cartilha do Curso sobre Gênero, Políticas Públicas de Saúde e Juventude**. Articulação das mulheres da Zona da Mata, /PE, 2005.

CMV, Centro das Mulheres de Vitória. **Cartilha do Curso participação e movimento Político na Comunidade**. Articulação das Mulheres da Zona da Mata, /PE, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu, **o Que é Participação Política**. São Paulo, Editora Brasiliense, 04 Edição, pg.48,1984.

DURÃO, Jorge Eduardo. **Identidade e Desafios das ONGs no Cenário Nacional**. Associação brasileira de Organizações Não Governamentais-ABONG, São Paulo, pg.11-14, 2005.

FOUCAULT, Michael, **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 07 Edição, 1996.

FOUCAULT, Michel, **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 05 edição, pg.35-45. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro, Editora Petrópolis, 07 Edição, pg. 64-143, 1975.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza e Desenvolvimento Local = pobreza e desarrollo local**. Tradução Maria Mercedes. Brasília, Editora. Arca Sociedade do Conhecimento. pg. 72 e 112, 2002.

FREIRE, Paulo, **Extensão, ou Comunicação**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 16 Edição, pg.22-23, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Editora. Paz e Terra, 29 Edição, pg.117,2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Editora Paz e terra, 12 Edição, 1996.

GOHN, M. G. **Educação não-formal na pedagogia social**. AN. 01 Congresso Internacional de Pedagogia Social, São Paulo, pg. 03 e 04, 2006.

_____. **Teoria de Movimentos Sociais**. São Paulo, Editora Loyola, 01 Edição, pg. 20-29, 2004.

HUHNE, Miranda Leda. **Metodologia Científica**, Rio de Janeiro, Editora Agir, 05 Edição, 1999.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de. **A extensão rural e o desenvolvimento local**. Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. Recife, Editora Bagaço, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização Estado Nacional e Espaço Mundial**. São Paulo, Editora Moderna, pg. 12, 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Recife, Editora: Bagaço, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses**. Recife, Editora Bagaço. 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**. São Paulo, Editora Pontes, 01 Edição, pg. 30-31. 2003.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**, São Paulo, Editora. Brasiliense, 01 Edição, pg. 33, 1994.

PIRES, Maria Luiza. **A (re) significação da extensão rural a partir da ótica de inclusão: a via cooperativa em debate**. Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável, Recife, Editora Bagaço, Pg. 46-58, 2003.

PCN,**Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual/ Secretaria de Educação Fundamental- Brasília: MEC/SEF,1997.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório Sintético das Atividades do PNUD no Brasil de 1960 – 2002**. pg. 07 e 08, 2002.

ROSSI, Rodrigo Horochovski. **Problematizando o Empoderamento**, Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal do Paraná-UFPR, pg. 07-15. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo, Editora Cortez , 03 Edição, pg. 54, 2005.

SCOTT, Juan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife, 3ª edição, S.O.S. Corpo, Abril, pg. 07 e 08, 1996.

SILVA Tomas Tadeu, (org). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Editoras Vozes, pg. 87, 2000.

SOCORRO, Maria. **Caderno do Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão-CMV**, Ano III- N 04-SET/OUT, Zona da Mata/PE, 2006.

SOUZA, Mary. **Revista Vira-Cabeças**. SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia. Rua real da Torre, 593 madalena, Recife PE, 2005.

TAVARES, Jorge Lima (org.); SOUZA, Josenildo de; **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Recife, Editora Bagaço, pg. 72, 2003.

TRIVINOS, Augusto N. **Introdução á Pesquisa em Ciências Sociais**, São Paulo, Editora. Atlas, pg. 16-17.1990.

TURISMO Guia de. **Roteiro de Pontos Turísticos da Zona da Mata**. Articulação de Entidades da Zona da Mata-AEZM. AV. Conde da Boa Vista, 514-sala 903, Recife/PE, pg. 02-03,. 2006.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. São Paulo, Editora Record, 01 Edição, pg. 45-46, 1997.

WARREN, Ilse Scherer. **ONGs- Um Perfil em Construção**, Recife, 01 Edição, S O S Corpo, pg. 03-21. 1993.

WARREN, Ilse Scherer. **Redes de Movimentos Sociais**, São Paulo, Edições Loyola, 01 Edição, pg.48-119. 2001.

APÊNDICES

Marcelio José da Silva

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A
EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO PARA O EMPODERAMENTO DOS JOVENS DE PIRITUBA**

RECIFE
2008

LISTA DE QUADROS

Quadro 01

Caracterização dos jovens entrevistados

35

Entrevista realizada com os jovens participantes do Projeto Educar-CMV

Roteiro.

1. Como você teve o primeiro contato com o Centro das Mulheres de Vitória?
2. No dia-a-dia em que momentos você lembra dos assuntos discutidos no CMV
3. Qual a importância da política para você?
4. Qual o sentido do trabalho do CMV para a sua comunidade?
5. Que mudanças aconteceram na comunidade de Pirituba após os trabalhos com o CMV?
6. Qual o seu papel na comunidade?
7. Para você o que é organização política?
8. Existe organização política na comunidade de Pirituba?, Como acontece?
9. O que é necessário para uma organização política?
10. Qual recurso é utilizado numa manifestação política?

ANEXOS

FOTOS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

HISTÒRIA



ECONOMIA

